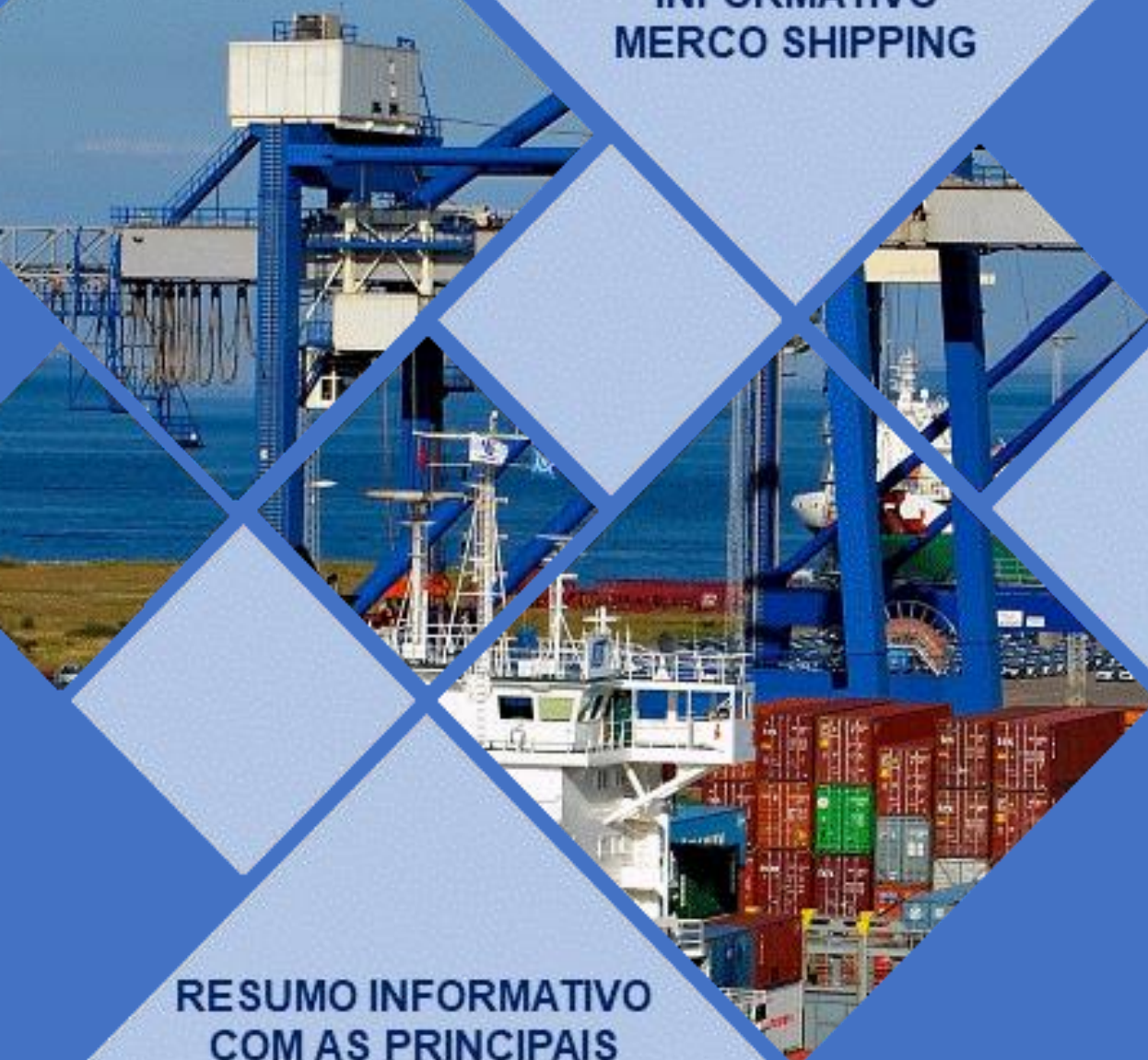


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 193/2023
Data: 23/11/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SUMMIT ANTAQ DISCUTE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO NO PORTO DE SANTOS.....	4
LEI CONFERE SEGURANÇA JURÍDICA À PRATICAGEM.....	6
COMEÇAM OBRAS DE PASSARELA DE PEDESTRES NO ESTUÁRIO, EM SANTOS.....	7
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	8
SENADO APROVA PEC QUE LIMITA DECISÕES DO STF.....	8
CÂMARA PRORROGA ATÉ 2028 INCENTIVOS PARA EMPRESAS DO NORDESTE E DA AMAZÔNIA.....	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	12
INSTITUCIONAL - ANTAQ COORDENA DISCUSSÕES EM COMISSÃO SOBRE TRANSPORTES MARÍTIMOS DO MERCOSUL.....	12
CONSULTA PÚBLICA - ANTAQ REALIZA REUNIÃO PARTICIPATIVA PARA TRATAR DE ARR EM RESOLUÇÃO QUE TRATA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	14
MPOR LANÇARÁ PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTOS, AEROPORTOS E HIDROVIAS.....	14
PORTOS - COMISSÃO DO SENADO APROVA PRORROGAÇÃO DO REPORTO.....	14
PORTOS - PROJETO GRÃO-PARÁ MARANHÃO VAI GERAR MAIS EFICIÊNCIA DE CUSTOS DE TRANSPORTE.....	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	16
RODOVIAS - GRUPO OUVI GOVERNADORES E PARLAMENTARES E APRESENTA PLANO DE TRABALHO PARA A BR-319/AM/RO.....	16
PORTAL PORTO GENTE.....	17
PORTO DE SANTOS PROFUNDO E SEM GARGALOS.....	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	18
EDITORIAL – NO NORTE, SINAIS DE ALÍVIO E DESAFIOS PERSISTENTES.....	18
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>Substituição 1</i>	19
<i>Substituição</i>	19
<i>Autonomia 1</i>	19
<i>Autonomia 2</i>	19
<i>Autonomia 3</i>	19
<i>Rodovia</i>	20
NACIONAL - SENADO APROVA PL QUE ESTENDE O REPORTO POR MAIS 5 ANOS.....	20
NACIONAL - MAIS UM TERMINAL SE JUNTA AO LEILÃO DA ANTAQ EM DEZEMBRO.....	21
REGIÃO SUL - COMPLEXO DE PORTO ALEGRE TEM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS SUSPENSAS.....	21
REGIÃO SUL- REVIRAVOLTA EM ITAJAÍ: MADA ARAÚJO VOLTA A SER DECLARADA VENCEDORA DE LEILÃO.....	22
REGIÃO NORTE - APÓS ‘REPIQUETE’, RIO NEGRO VOLTA A SUBIR.....	23
REGIÃO NORTE - SUFRAMA PARTICIPA DE EVENTO QUE DISCUTE TECNOLOGIA E BIOECONOMIA.....	24
REGIÃO SUDESTE - ELDORADO BRASIL INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVA PASSARELA PARA PEDESTRES EM SANTOS.....	25
REGIÃO SUDESTE - APS ALTERA TOLERÂNCIA PARA RECEPÇÃO DE CAMINHÕES DE CARGA SOLTA E CONTEINERIZADA.....	26
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	27
GOVERNO ANUNCIA ABERTURA DE NOVOS MERCADOS NO VIETNÃ, TAILÂNDIA, TURQUIA E NOVA ZELÂNDIA.....	27
VEÍCULOS COM ATÉ 30 METROS ESTÃO AUTORIZADOS A TRAFEGAR DURANTE A MADRUGADA NA RODOVIA ANCHIETA.....	28
BRASIL ULTRAPASSA US\$ 300 BI EM EXPORTAÇÕES PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO.....	29
CÂMARA APROVA PL QUE ATUALIZA REGULAÇÃO DA PRATICAGEM.....	29
MINISTRO DA AGRICULTURA, CARLOS FÁVARO É EXONERADO DO CARGO.....	30
CONGRESSO EM SANTOS PROPÕE IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR PORTUÁRIO.....	31
APS PROGRAMA OBRAS PARA 2024 COM INVESTIMENTO DE R\$ 7 BILHÕES.....	32
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	32
PLANO ESTRATÉGICO DA PETROBRAS PODE PASSAR DE US\$ 100 BILHÕES, ESTIMAM ANALISTAS.....	33
ANP REGULAMENTA A IMPORTAÇÃO DE BIODIESEL PARA MISTURA OBRIGATÓRIA.....	34
ANP APROVA ESTUDO PARA APOIAR REGULAÇÃO DA CAPTURA DE CARBONO.....	35
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
BARROSO, GILMAR E MORAES CRITICAM SENADO APÓS APROVAÇÃO DE PEC QUE LIMITA PODER DA CORTE: ‘STF NÃO ADMITE INTIMIDAÇÕES’, DIZ DECANO.....	35



PETROBRAS NÃO VAI BAIXAR PREÇO DA GASOLINA 'POR ENQUANTO', DIZEM FONTES	37
ECONOMISTAS RECOMENDAM REFORMAS E MELHORA NA GESTÃO DE RECURSOS PARA REVERTER O DÉFICIT	38
GOVERNADORES CULPAM REFORMA TRIBUTÁRIA POR QUEDA DE ARRECAÇÃO PROVOCADA POR MEDIDA ELEITÓREA DE BOLSONARO	40
PETROBRAS: SOB PRESSÃO DO PLANALTO, CONSELHO SE REÚNE HOJE PARA APROVAR NOVO PLANO DE INVESTIMENTOS. VEJA O QUE DEVE MUDAR	41
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	42
GOVERNO ELEVA BLOQUEIO DE DESPESAS A R\$ 5 BI EM 2023 E AUMENTA PROJEÇÃO DE DÉFICIT PARA R\$ 177,4 BI	42
GOVERNO RECUA E SUSPENDE TEMPORARIAMENTE PORTARIA QUE RESTRINGE TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS	43
FAZENDA E CÂMARA REBATEM PROPOSTA DOS ESTADOS DE AUMENTAR ICMS COMO 'PRECAUÇÃO' À REFORMA TRIBUTÁRIA	44
DESONERAÇÃO DO BIODIESEL GEROU DEPENDÊNCIA DA SOJA E NÃO PROMOVEU DESENVOLVIMENTO REGIONAL	46
VALOR ECONÔMICO (SP)	49
CAIS DO VALONGO É REINAUGURADO APÓS INVESTIMENTO DE R\$ 2 MILHÕES DO BNDES	49
BARGANHAS DE PASSAGENS AÉREAS SERÃO MAIS DIFÍCEIS, MESMO NA BLACK FRIDAY	50
CLI PLANEJA INVESTIMENTO DE R\$ 2,2 BI NOS TERMINAIS EM SANTOS E MARANHÃO	52
MINAS PODE REPASSAR CEMIG E COPASA À UNIÃO PARA PAGAR DÍVIDA	54
AGÊNCIA BRASIL - DF	56
PREVISÃO DE DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2023 SOBE PARA R\$ 203,4 BILHÕES	56
PETROBRAS DEVE ANUNCIAR PLANO ESTRATÉGICO NA SEXTA-FEIRA, DIZ PRATES	58
EMPREGADOS DOS CORREIOS DESISTEM DE GREVE NA VÉSPERA DA BLACK FRIDAY	59
APÓS SOFRER COM NUVEM DE FUMAÇA, CHOVE EM MANAUS	59
PORTAL PORTOS E NAVIOS	60
PRÁTICOS AVALIAM QUE PL TRARÁ ESTABILIDADE REGULATÓRIA À ATIVIDADE	60
CHINA LIDEROU A CONSTRUÇÃO NAVAL EM 2022; COREIA FICOU EM SEGUNDO LUGAR	61
PETROBRAS E SHEARWATER ESTABELECEM PARCERIA PARA 'REMODELAR' EXPLORAÇÃO SÍSMICA	62
MAERSK E THE OCEAN CLEANUP AMPLIAM COLABORAÇÃO PARA REMOVER PLÁSTICOS DOS OCEANOS	62
GOLDWIND FORNECERÁ METANOL VERDE EM GRANDE ESCALA PARA A MAERSK	63
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO EM REGIME DE PARTILHA SERÁ 11 VEZES MAIOR QUE A ATUAL EM 2029	64
PORTO DE SÃO MOVIMENTOU 13,8 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ OUTUBRO	65
SUBSEA7 CRESCE 12% NO TERCEIRO TRIMESTRE, COM RECEITA DE US\$ 1,6 BILHÃO	66
ANTAQ AUTORIZA LEILÃO DE ARRENDAMENTO SIMPLIFICADO NO PORTO DE MACEIÓ	67
MADA ARAÚJO ASSET MANAGEMENT VENCE LEILÃO DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ	68
EMPRESA ENTREGA PROJETO DE CONEXÃO AQUAVIÁRIA ENTRE AEROPORTOS À PREFEITURA DO RIO	68
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	69
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	69



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SUMMIT ANTAQ DISCUTE SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Evento é parceria do Grupo Tribuna com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Por: ATribuna.com.br



Summit Antaq acontece no Porto de Santos Foto: Alexsander Ferraz/AT

O diálogo entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a cadeia produtiva portuária, com temas importantes voltados aos investimentos em infraestrutura, logística, sustentabilidade e inovação no Porto de Santos, será o foco do Summit Antaq 2023, que será realizado nesta quinta (23), no terminal da Eldorado Celulose. O evento é uma parceria do Grupo Tribuna com a agência, que fará no mesmo local a entrega do Prêmio Antaq 2023. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, são presenças confirmadas.

“Toda a nossa diretoria colegiada estará presente no evento. Isso demonstra a importância do encontro e do diálogo com o setor regulado”, afirma o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery.

Neste ano, a agência reguladora do transporte aquaviário deu prioridade às pautas direcionadas à agenda ESG, que estabelece um novo olhar à governança bem como uma maior atenção ao meio ambiente e ao social. “As pautas de sustentabilidade e políticas ESGs são prioridades dentro da agência. Atuamos em diversas frentes para fomentar práticas sustentáveis no setor aquaviário e estabelecer diretrizes para que o Brasil seja uma referência na discussão, regulação e elaboração de estudos relacionados ao tema”, disse Nery.

Quanto à regulação, Eduardo Nery destacou o Plano Anual de Fiscalização (PAF) da Autarquia para 2023. “Um dos eixos temáticos do plano mapeou práticas ESG nos portos, em especial os terminais de Itapoá (SC), Portonave (SC) e Paranaguá (PR), analisando aspectos como a eficiência energética e redução de emissões; gestão de resíduos; proteção ambiental; engajamento com a comunidade local; e transparência e governança”.

Por fim, o diretor-geral da agência destacou o Prêmio Antaq, “onde premiamos portos e terminais privados com base no nosso Índice de Desempenho Ambiental (IDA). É um instrumento muito exitoso de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias”.

Cooperação técnica

No Summit, a Antaq e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) assinarão um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) cuja finalidade é, de acordo com o diretor-geral da Antaq, “a gestão e a fiscalização conjunta da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips). Os ganhos serão de segurança para os associados e otimização nas atividades ferroviárias dentro do cais santista”.

Relacionamento

O diretor da Eldorado Brasil Celulose, Flávio Rocha, destacou que “sediado a cerimônia do Prêmio Antaq é uma forma de fortalecermos nosso relacionamento com parceiros de negócios, estabelecer conexões e contribuir para a promoção e o reconhecimento de boas práticas nesse segmento tão importante para a economia global”.

Rocha salientou ainda que o encontro é oportuno para “apresentar a parceiros de negócios um exemplo importante sobre os constantes investimentos da Eldorado Brasil Celulose no País e, em especial, na logística, ao ter como sede do evento o nosso novo terminal portuário, batizado de Eldorado Brasil Logística”.

Já o diretor da Reliance Agenciamento e Serviços Portuários, Edmar Monteiro, afirmou que o evento “promove a troca de conhecimentos, networking e discussões estratégicas que impulsionam o progresso e o desenvolvimento sustentável das operações portuárias no País”.

Em apoio ao Summit, o CEO da Copersucar, Tomas Manzano, declarou que “contribuir para iniciativas que promovam o desenvolvimento do maior polo exportador do País é importante para que nossos produtos alcancem cada vez mais destinos e alimentem pessoas de todo o mundo”.

Um dos debatedores, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, disse que “a Antaq tem papel fundamental em todos os aspectos do Porto de Santos. Neste evento, além de discutirmos temas ligados à regulação do setor portuário, como logística e expansão, teremos vários especialistas e lideranças do setor abordando as práticas de ESG e inovação”.

Pomini enfatizou ainda que “o evento nos permitirá falar sobre nossos projetos de sustentabilidade e inovação, como a produção de hidrogênio verde para o setor portuário”.



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estará nesta quinta (23) no Summit Antaq 2023 Foto: Vosmar Rosa/MT

Ministro de Portos confirma participação

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estará nesta quinta (23) no Summit Antaq 2023, promovido pelo Grupo Tribuna no Terminal da Eldorado Celulose, no Porto de Santos, e aproveitará para fazer uma agenda na Cidade.

O ministro irá inaugurar um estacionamento para caminhões e um berço de atracação para operação de granéis líquidos na Margem Direita do Porto de Santos.

O estacionamento ocupará duas áreas cedidas por uma empresa privada na Avenida Governador Mario Covas Junior, 410, no Estuário (Avenida Perimetral). Ao todo, serão criadas 260 novas vagas para caminhões. A inauguração está prevista para o começo da tarde, pouco antes do início do Summit. Costa Filho deve ainda visitar terminais de empresas portuárias no Município antes de retornar para Brasília.

Programação

14h30

Abertura do Summit Antaq seguida de Hino Nacional com a Banda da Marinha
Pronunciamento do diretor-presidente da Eldorado Brasil Celulose, Carmine De Siervi Neto, e do prefeito de Santos, Rogério Santos
Palestra de abertura com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin
Boas-vindas do diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery

15h30

Abertura do Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho
Painel “Construindo a Excelência na Gestão Portuária”, com mediação do apresentador do programa Porto 360°, Maxwell Rodrigues

Debatedores:

Diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery

Presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini

Diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos

Superintendente geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto

Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori

16h30

Assinatura do Acordo de Cooperação entre Antaq e ANTT: diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery; diretor geral da ANTT, Rafael Vitale; diretor da ANTT, Felipe Queiroz; diretora da Antaq, Flávia Takafashi; diretor da Antaq, Wilson Lima Filho; diretor da Antaq, Alber Vasconcelos e diretor da Antaq, Caio Farias

Ato de homenagem:

Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho

Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori

Diretor-geral de Navegação da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Wladmilson Borges de Aguiar

Superintendente geral do Cade, Alexandre Barreto

Diretor Geral da ANTT, Rafael Vitale

Diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos

17h

Coffee break

17h15

Prêmio Antaq 2023

18h30

Coquetel de encerramento

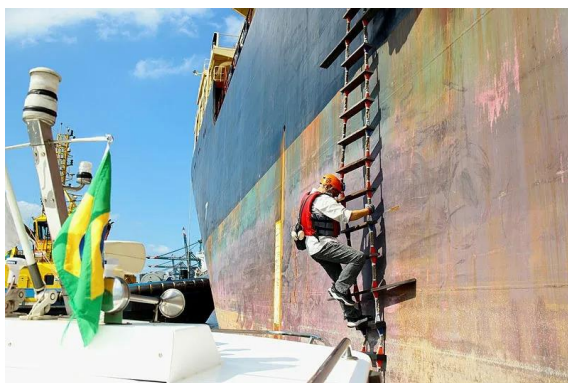
Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 23/11/2023

LEI CONFERE SEGURANÇA JURÍDICA À PRATICAGEM

Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados precisa do sim por parte do Senado

Por: *Bárbara Farias*



Prático é o responsável pelas manobras de embarcações; ele sobe no navio e o conduz de forma segura para a entrada e a saída dos portos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Anseio comum entre ao menos 25 setores da comunidade portuária, a estabilidade jurídica e regulatória dos serviços de praticagem avança com a aprovação, na noite da última terça-feira, do Projeto de Lei (PL) 757/2022 na Câmara dos Deputados. O PL, que aperfeiçoa a regulação da atividade em relação à segurança da navegação e à questão econômica do serviço, segue para apreciação e aprovação do Senado.

O prático é o profissional responsável pelas manobras de embarcações nos portos. O projeto altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei Federal 9.537/1997), incluindo atividades previstas nas Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem (Normam-12), conferindo status legal à regulamentação de normas pela Marinha do Brasil.

O presidente da Praticagem do Brasil e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (IMPA), Ricardo Falcão, pontua que a medida “confere segurança jurídica e estabilidade regulatória”.

Falcão explica que, no dia a dia, nada muda para os práticos em relação à atividade ou remuneração, mas “acabam os questionamentos” sobre o que compete à Marinha, enquanto autoridade que já regula a atividade. “O texto da lei concretiza o que os meios marítimo e portuário já entendem como infralegal (normas secundárias previstas na Normam-12, abaixo da lei)”.

O presidente da Praticagem destaca que uma inovação prevista na lei é a autonomia da Marinha do Brasil para criar uma comissão com o objetivo de intervir quando houver desacordo entre armadores e a Praticagem. “A lei empodera a Marinha, que poderá intervir quando houver risco à permanente disponibilidade do serviço (a Praticagem tem que estar 100% operacional, 24 horas por dia), ou em caso de comprovada abusividade ou defasagem de preço, nesse caso fixando o preço do serviço pelo valor anteriormente definido”.

Para Falcão, o texto não deverá sofrer mudanças no Senado. “Não acho que ocorrerão novas alterações porque o texto foi amplamente discutido entre 25 setores desde o início. Acredito que irá ao Senado para cumprir o rito”.

De infralegal para legal

Entre os parâmetros acrescentados no PL, estão a escala de rodízio única de atendimento aos armadores, estabelecida pela Marinha para garantir disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do prático e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação.

Ao mesmo tempo, a escala dá autonomia para o prático tomar sempre a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. O sistema atende aos princípios de segurança da Resolução A.960, da Organização Marítima Internacional (IMO).

Outro critério que o projeto insere na lei é a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta (AB), salvo as previstas em regulamento da Autoridade Marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira, como é o caso dos comboios de balsas que levam a produção do agronegócio pelos rios.

De acordo com o texto, a Autoridade Marítima poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até 100 metros de comprimento, com pelo menos dois terços da tripulação brasileira. A proposta também deixa claro que o preço do serviço será livremente negociado entre os tomadores e prestadores.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/11/2023

COMEÇAM OBRAS DE PASSARELA DE PEDESTRES NO ESTUÁRIO, EM SANTOS

Travessia na Avenida Governador Mário Covas Júnior é feita por empresa em parceria com a APS

Por: ATribuna.com.br



Obra da passarela também inclui a revitalização da praça existente no local Foto: Reprodução PMS

Os trabalhadores do Porto de Santos e moradores do bairro Estuário terão mais segurança para atravessar a Avenida Governador Mário Covas Júnior. Começaram nesta terça-feira (21) as obras de implantação de uma passarela para travessia de pedestres, feitas por meio de parceria entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Eldorado Brasil.

A Passarela Eldorado será construída na confluência das ruas Coronel Raposo de Almeida e Professor João de Lima Roland com a Mário Covas e também inclui a revitalização da praça existente no local. A previsão é de que os trabalhos sejam concluídos até abril do próximo ano.

Para o diretor de Logística da Eldorado, Flavio da Rocha Costa, o apoio da Prefeitura foi fundamental para dar início ao projeto, já que foi necessário utilizar a área da praça para instalar a passagem. O Poder Público solicitou melhorias para o local como instalação de playground para crianças do bairro e nova iluminação. “Temos o início de mais uma parte da nossa obra para a Cidade. Assinamos um acordo com o então Ministério da Infraestrutura de fazer todo o investimento de responsabilidade da Autoridade Portuária no viaduto e no interno do Porto, somando mais de R\$ 120 milhões”.

O secretário municipal de Assuntos Portuários e Emprego, Bruno Orlandi, afirmou que se trata de uma obra muito sonhada. “Um trabalho que vai juntar o desenvolvimento econômico com a qualidade de vida, trazendo segurança para quem transita pelos dois lados da Mário Covas”.

A Eldorado inaugurou em Santos, em julho, um moderno terminal portuário, investindo R\$ 500 milhões. A capacidade é para escoamento de 3 milhões de toneladas de celulose por ano. Foram mais de 100 empregos diretos e outros 300 indiretos gerados na Cidade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/11/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

SENADO APROVA PEC QUE LIMITA DECISÕES DO STF

Da Redação ME



O relator da PEC, Esperidião Amin, e Rodrigo Pacheco na votação da proposta. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O Senado aprovou nesta quarta-feira (22) a PEC 8/2021, que limita decisões monocráticas (individuais) no Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais superiores. O texto recebeu o apoio de 52 senadores (3 a mais que o necessário para aprovação de PEC), enquanto 18 senadores foram contrários. O placar se repetiu nos dois turnos de votação.

Durante o debate no Plenário, parte dos senadores rechaçou a ideia de que a medida seria uma retaliação à Suprema Corte, enquanto outros apontaram que a medida seria uma invasão indevida nas atribuições daquele Poder. A proposta de emenda constitucional ainda será analisada pela Câmara dos Deputados.

Apresentado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), o texto veda a concessão de decisão monocrática que suspenda a eficácia de lei. Decisão monocrática é aquela proferida por apenas um magistrado — em contraposição à decisão colegiada, que é tomada por um conjunto de ministros (tribunais superiores) ou desembargadores (tribunais de segunda instância). Senadores decidiram retirar da proposta trecho que estabelecia prazos para os pedidos de vista.

Oriovisto agradeceu a todos os senadores pelo debate democrático em torno da proposta e, em especial, ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por garantir ampla discussão à matéria. Ele também elogiou o trabalho do relator, Esperidião Amin (PP-SC), por aperfeiçoar o texto.



“Eu luto por essa PEC há cinco anos. O equilíbrio dos Poderes voltará a este país. Eu espero que a Câmara dos Deputados não pare, continue. O Brasil precisa ser modificado, e hoje nós fizemos isso”, disse o presidente.

Antes da votação, Rodrigo Pacheco disse que a medida não é uma retaliação, mas um aprimoramento ao processo legislativo:

“Não é resposta, não é retaliação, não é nenhum tipo de revanchismo. É a busca de um equilíbrio entre os Poderes que passa pelo fato de que as decisões do Congresso Nacional, quando faz uma lei, que é sancionada pelo presidente da República, ela pode ter declaração de institucionalidade, mas que o seja pelos 11 ministros, e não por apenas 1”, disse.

Ao ler seu parecer, Esperidião Amin foi na mesma linha: “O que nós desejamos com esta proposta, tanto em 2019 quanto hoje, é que uma lei aprovada pelas duas Casas do Congresso e sancionada pelo Presidente da República, ou seja, passando por este filtro do Legislativo e do Executivo, seja sim examinada, como é previsto na Constituição pela Suprema Corte e, eventualmente, pelos Tribunais respectivos, e consertada caso haja nela algum defeito jurídico de peso, uma inconstitucionalidade, por exemplo”.

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi outro a afastar a ideia de confronto. Ele reforçou que a mudança tem como objetivo aperfeiçoar o Judiciário e garantir assim a análise mais célere dos processos.

“A população brasileira espera de nós, senadores, buscando o mínimo de estabilidade jurídica, de estabilidade política, de estabilidade das leis que são aprovadas aqui no Congresso Nacional, e obviamente não tem nenhum sentido virem a ser sustadas, suspensas por um único ministro do Supremo, por mais que ele possa ter razão, mas após uma análise de um colegiado”, pontou.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner informou que não havia uma posição firmada pelo governo, mas anunciou seu voto favorável à proposta. Já o líder do PT, Fabiano Contarato (ES), orientou voto contrário e afirmou que a medida restringe a atuação do STF:

“Imaginem que nós temos uma pandemia, que todos os órgãos de controle sanitário determinem lockdown, e temos um presidente — hipoteticamente — que seja negacionista e baixe um ato determinando a abertura do comércio. Com essa PEC, não é mais possível um ministro decidir e determinar que aquele ato do presidente da República é inconstitucional para preservar o principal bem jurídico que é a vida humana”, disse Contarato.

O senador Humberto Costa (PT-PE) considera que o momento é inoportuno. Ele ressaltou o papel exercido pelo STF na garantia da democracia e lembrou de ataques sofridos pela instituição e por ministros em tempos recentes. Ainda segundo Humberto, a PEC é inócua porque o Supremo já definiu prazos para pedidos de vista e análise colegiada de decisões individuais por meio de uma mudança no regimento interno da instituição.

“Não que o debate seja proibido ou desnecessário, ele só é totalmente inoportuno. E, nesse contexto pelo qual passa o Brasil, isso não é pouca coisa. Essa é uma maneira de manter vivo um tensionamento entre os Poderes constitucionais, que já nos trouxe enormes prejuízos políticos e institucionais e insuflou até mesmo os que viram nessa seara uma oportunidade de fragilizar a democracia e derrubar o Estado de direito”, afirmou.

Para o senador Marcelo Castro (MDB-PI), a PEC também é desnecessária. “Estamos quebrando a harmonia? Não chegaria a tanto, mas diante da postura que o Supremo já assumiu, não haveria necessidade de votar o que estamos votando hoje. Estamos chovendo no molhado. Eu concordava com essa PEC em 2021, mas acho que em 2023 ela perdeu o objeto”, afirmou.

Pedidos de vista



Após o senador Otto Alencar (PSD-BA) informar que apresentaria um destaque para votação em separado dos limites ao pedido de vista nos tribunais (tempo para um magistrado estudar um determinado processo), o relator, Esperidião Amin, informou que acataria já no relatório essa sugestão.

Atualmente, no Judiciário, cada ministro pode pedir vista individualmente, sem prazo específico, o que possibilita sucessivos pedidos por tempo indeterminado.

Emendas

Por meio de emenda, o relator retirou do texto referência a eficácia de lei ou ato normativo com efeitos “erga omnes”, ou seja, que atinjam todas as pessoas, assim como qualquer ato do presidente da República. Se mantivesse a proibição de decisões monocráticas nesses casos a suspensão de política públicas ou outros atos do presidente só poderiam ser tomadas pelo plenário dos tribunais, que no caso do STF é formado por 11 ministros.

“Estamos retirando a expressão “atos normativos” para que apenas haja referência à restrição de decisões monocráticas sobre normas legais e não atos normativos. Atos normativos, que via de regra são do Executivo, podem tramitar sem essa regulação que a nossa emenda à Constituição aplica”, disse Amin.

Durante a análise no Plenário, o relator acatou emenda de Rodrigo Pacheco para garantir que os julgamentos sobre inconstitucionalidade de leis contem com a participação das Advocacias do Senado e da Câmara dos Deputados. O texto diz que “as Casas do Congresso Nacional devem ser citadas para se manifestarem sobre o tema, por intermédio dos respectivos órgãos de representação judicial, sem prejuízo de haver também a manifestação da Advocacia-Geral da União”.

O que diz a PEC

Recesso do Judiciário: No caso de pedido formulado durante o recesso do Judiciário que implique a suspensão de eficácia de lei, será permitido conceder decisão monocrática em casos de grave urgência ou risco de dano irreparável, mas o tribunal deverá julgar esse caso em até trinta dias após a retomada dos trabalhos, sob pena de perda da eficácia da decisão.

Criação de despesas: Processos no Supremo Tribunal Federal (STF) que peçam a suspensão da tramitação de proposições legislativas ou que possam afetar políticas públicas ou criar despesas para qualquer Poder também ficarão submetidas a essas mesmas regras.

Decisões cautelares: A PEC estabelece que quando forem deferidas decisões cautelares — isto é, decisões tomadas por precaução — em ações que peçam declaração de inconstitucionalidade de lei, o mérito da ação deve ser julgado em até seis meses. Depois desse prazo ele passará a ter prioridade na pauta sobre os demais processos.

Histórico

A PEC 8/2021 resgata o texto aprovado pela CCJ para a PEC 82/2019, também de Oriovisto Guimarães. Essa proposta acabou sendo rejeitada pelo Plenário do Senado em setembro de 2019.

Na justificativa da nova proposta, Oriovisto apresenta números de um estudo segundo o qual, entre 2012 e 2016, o STF teria tomado 883 decisões cautelares monocráticas, em média, 80 decisões por ministro. O mesmo estudo indica que o julgamento final dessas decisões levou em média, entre 2007 e 2016, dois anos. Esse grande número de decisões cautelares monocráticas, na visão do autor da PEC, acaba antecipando decisões finais e gerando relações insegurança jurídica.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no início de outubro com parecer favorável de Esperidião Amin. A votação durou menos de um minuto na ocasião.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 23/11/2023

CÂMARA PRORROGA ATÉ 2028 INCENTIVOS PARA EMPRESAS DO NORDESTE E DA AMAZÔNIA

Com a medida aprovada pela Câmara, empresas dos estados atendidos por essas superintendências terão até 31 de dezembro de 2028 para apresentar e ter seus projetos aprovados.

Da Redação ME



Deputado Eduardo Bismarck, relator da matéria na Câmara/Foto: Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (22) o Projeto de Lei 4416/21, do deputado Júlio Cesar (PSD-PI), que prorroga de 2023 até 2028 incentivos fiscais para empresas situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A matéria será enviada à sanção presidencial.

Os deputados rejeitaram emenda do Senado que estendia o benefício a empresas situadas no Centro-Oeste, área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Esse benefício para empresas nas áreas da Sudam e da Sudene existe desde 2000 e sua primeira versão acabaria em 2013, quando foi prorrogado até 2018 e depois até 2023.

Assim, empresas dos estados atendidos por essas superintendências terão até 31 de dezembro de 2028 para apresentar e ter aprovado projeto de instalação, ampliação, modernização ou diversificação em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, segundo decreto do Poder Executivo.

O incentivo é correspondente à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração do negócio. O incentivo pode ser solicitado por pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos cuja solicitação tenha acontecido até 31/12/2023. O benefício oferece a redução do imposto, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 anos.

Estimativas da Receita Federal indicam que esse incentivo implicará desoneração, em 2023, da ordem de R\$ 6,0 bilhões na Sudam e de R\$ 8,5 bilhões na Sudene. Pelo texto, o governo deverá, após sancionada a lei, incluir a renúncia na lei orçamentária anual.

Ao apresentar parecer pela rejeição da emenda dos senadores, o relator da matéria, deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), disse que ela não tem previsão do impacto orçamentário. “Não há, como no caso da Sudam e da Sudene, nenhuma previsão orçamentária para a Sudeco, por isso a inconstitucionalidade dessa emenda”, afirmou.

Críticas na Câmara

Deputados criticaram a rejeição da emenda que estendia os benefícios também para o Centro-Oeste. Marcos Pollon (PL-MS) afirmou que a política fiscal brasileira cria “feudos” e defendeu a redução de impostos de forma igualitária em todos os estados. “Há um problema na política de incentivos fiscais do Brasil porque não se olha nunca o todo, é sempre fracionado. É justo o incentivo ao Norte e Nordeste, mas não é justo porque outros municípios também precisam de auxílio, como o Norte de Minas Gerais”, criticou.

Já o colega de partido, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) defendeu a medida. “Se acabarmos com os incentivos, perderemos empregos e haverá migração do Norte e Nordeste para o Sul e Sudeste. Não queremos isso, não pode haver cidadão de segunda categoria”, disse.

A proposta também foi criticada pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS). “Temos que acabar com a indústria de prorrogação de incentivos fiscais”, disse. Já o deputado Sidney Leite destacou que a desigualdade regional leva poucos estados a representarem mais de 70% do PIB. “Como o Norte e Nordeste, sem infraestrutura e sem logística, consegue fazer frente a isso? A indústria gera empregos, serviços e demanda do campo. Não se trata de ter uma área de privilégios, mas corrigir distorções e evitar que o Brasil seja uma ilha de riquezas cercada de miséria”, disse.

*Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonte: *Mercos Shipping Marítima Ltda*

Data: 23/11/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTITUCIONAL - ANTAQ COORDENA DISCUSSÕES EM COMISSÃO SOBRE TRANSPORTES MARÍTIMOS DO MERCOSUL

Coordenação aconteceu durante reunião da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo realizada na 64ª Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº 5, “Transportes”, do Mercosul



A ANTAQ foi responsável por conduzir os trabalhos da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo

Ocorreu, em Brasília, nos dias 21 e 22 de novembro, a 64ª Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº 5, “Transportes”, do Mercosul (SGT-5), com a participação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Durante a programação, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) conduziu os trabalhos da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo (CETM), que abordou temas referentes ao desenvolvimento da navegação marítima entre os países membros. Além das delegações da Argentina, Paraguai e Uruguai, da parte brasileira estiveram presentes representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Marinha do Brasil. A delegação do Chile acompanhou na qualidade de Estado Associado e também houve contribuições do setor privado.

A CETM faz parte do SGT-5, que congrega representantes de instituições diversas que tenham relação com o transporte internacional de cargas e passageiros na região em encontros que acontecem duas vezes ao ano.

Na reunião da Comissão, a delegação brasileira apresentou o panorama hidroviário do Brasil e um compilado de informações acerca do transporte marítimo na região, incluindo movimentação de cargas, custos de frete e legislação tributária. Este diagnóstico, realizado pela ANTAQ, é resultado de negociações em discussões anteriores e de um esforço conjunto dos países em reunir os dados necessários, uma vez que servirão de base para o estabelecimento de possíveis acordos. O empenho e os materiais da Agência foram massivamente elogiados por todos os participantes.

Por ocupar a Presidência Pro Tempore do Mercosul ao longo do segundo semestre de 2023, o Brasil sediou e coordenou as reuniões do Subgrupo, sendo uma posição importante para aprofundar o processo de integração e negociação com parceiros regionais e extrarregionais.

Fonte: **ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 23/11/2023

CONSULTA PÚBLICA - ANTAQ REALIZA REUNIÃO PARTICIPATIVA PARA TRATAR DE ARR EM RESOLUÇÃO QUE TRATA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES

A Avaliação de Resultado Regulatório - ARR preliminar foi realizada na Resolução que define os direitos e deveres dos usuários de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso



Reunião Participativa foi realizada na sede do Tribunal Marítimo, no Rio de Janeiro, e foi presidida pelo relator do processo, diretor Wilson Lima Filho

Brasília 22/11/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quarta-feira (22), a Reunião Participativa para tratar da Consulta Pública 06/2023, referente à proposta de Avaliação do Resultado Regulatório (ARR) da Resolução-ANTAQ 62/2021.

A Reunião Participativa presencial aconteceu no plenário do Tribunal Marítimo, localizado no Rio de Janeiro (RJ) e foi presidida pelo relator do processo na ANTAQ, diretor Wilson Lima Filho.

Em sua fala de abertura, Lima Filho ressaltou que o motivo do estabelecimento da Reunião Participativa se dá pelo entendimento da ANTAQ da relevância do tema. Também informou que o período de Consulta Pública, que se encerra no próximo dia 30, será prorrogado.

“A ARR é importante ferramenta destinada a aperfeiçoar a ação regulatória da ANTAQ. O nosso foco principal, neste processo, é avaliar de forma transparente e achamos que, devido a relevância do tema, seria importante realizar esta Reunião Participativa. Informo também que teremos uma Audiência Pública, em telepresencial, no dia 11 de dezembro”, disse.

Ao todo, a Reunião Participativa contou com sete contribuições, tanto de forma presencial quanto de forma escrita.

Sobre-estadia e ARR

A regulação também tem como objetivo reduzir a assimetria de informação no tocante à sobre-estadia de contêineres. Especialmente nos artigos 19 a 21 que estabeleceram algumas regras a fim de entregar maior eficiência ao mercado, a exemplo do dever de transparência e publicidade, marco temporal do início e do fim da contagem de free time e situações em que a contagem desse prazo é suspensa.

A modalidade de ARR da ANTAQ foi estabelecida pela Resolução Normativa ANTAQ 55/2021 e faz parte da Agenda de Trabalho de ARR aprovado pelo Acórdão 454-2022-ANTAQ.

No documento em questão serão analisados os conceitos de sobre-estadia; Apresentação do histórico e o "porquê" de estar se realizando esta avaliação, com o enfoque na temática; Avaliação da racionalidade da norma, objetivando-se avaliar, a partir do problema regulatório previamente identificado os possíveis impactos das opções de ação que foram adotados para se mensurar o alcance dos objetivos pretendidos.

Também serão apresentados alguns achados a partir do estudo elaborado pela área técnica da ANTAQ, o que reafirma o compromisso da autarquia em aprimorar sua regulação, em linha com o conceito de boas práticas e regulação assertiva.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 23/11/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR LANÇARÁ PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTOS, AEROPORTOS E HIDROVIAS

Ministro Silvio Costa Filho apresentou ações que têm como foco a ampliação da infraestrutura e investimentos nos modais de transportes



Ministro de Portos e Aeroportos falou sobre a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias durante o Fórum de Brasília

Durante o Fórum de Brasília, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, apresentou os principais projetos que estão sendo desenvolvidos e implementados nos próximos meses pelo Governo Federal nas áreas de portos, aeroportos e hidrovias. Nos modais portuários e hidroviários, o titular da pasta falou sobre a criação da Secretaria Nacional de

Hidrovias, para otimizar as políticas públicas desse mercado no país. Com a criação da secretaria, o MPor espera lançar uma nova política nacional de estruturação e exploração, ambientalmente sustentável, das hidrovias brasileiras, conhecida como BR dos Rios.

Silvio Costa Filho fez um balanço sobre a atual infraestrutura dos aeroportos brasileiros e destacou que os terminais se modernizaram e estão preparados para ampliar suas operações e receber cada vez mais turistas. “A aviação brasileira cresceu bastante com as concessões aeroportuárias. As concessões estão trazendo mais investimentos ao nosso país e melhorado a qualidade do transporte aéreo”, ressaltou.

Durante o encontro, o ministro destacou também que o MPor tem trabalho em três frentes para fomentar o desenvolvimento do transporte aéreo no país. Uma dessas ações é o fortalecimento da aviação regional por meio da requalificação de 116 aeroportos. Esse trabalho, de acordo com o ministro, “tem sido desenvolvido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil em cooperação com prefeituras, municípios e estados”.

Outro ponto importante indicado por Costa Filho é o aumento da oferta de serviços aéreos, que se dará por meio da ampliação de rotas. “Atualmente, temos 152 destinos e pretendemos ampliar para pelo menos 180 rotas”, indicou o ministro. Além disso, o ministro acredita que a aviação comercial terá crescimento de 10% neste ano.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/11/2023

PORTOS - COMISSÃO DO SENADO APROVA PRORROGAÇÃO DO REPORTO

Programa é fundamental para o incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária



Reporto é um benefício que tem grande impacto em toda a indústria brasileira - Foto: Banco de Imagens

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, nesta quarta-feira (22), a prorrogação por mais 5 anos do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária, conhecido como Reporto. Após passar no Senado, o texto segue para a Câmara Federal.

Atualmente, o Reporto está em vigor até 31 de dezembro de 2023, conforme a Lei nº 14.301, de 07 de janeiro de 2022. O projeto busca estender esse prazo por mais 5 anos, até 31 de dezembro de 2028, visando atender às demandas da expansão econômica brasileira, promovendo eficiência por meio da ampliação da infraestrutura e modernização da gestão portuária.

Entenda

Criado durante o primeiro governo Lula em 2004, o Reporto incentiva a compra de equipamentos para o setor portuário por meio de benefícios fiscais. Ele prevê a suspensão do IPI, PIS/COFINS e, em alguns casos, ambos, nas vendas e importações de máquinas, equipamentos e outros bens destinados ao ativo imobilizado para uso exclusivo em serviços específicos.

O benefício não se restringe apenas ao setor portuário, sendo crucial para toda a cadeia logística nacional. A não prorrogação do Reporto pode impactar investimentos que ultrapassam R\$50,0 bilhões, afetando a competitividade, a geração de empregos e o crescimento do PIB.

A extensão do Reporto até 2028 está alinhada com a Reforma Tributária, sem criar novos benefícios fiscais, e é essencial para manter a eficiência, competitividade e investimentos no setor portuário brasileiro.

É importante destacar que o Brasil é um país exportador de proporções continentais. Os portos brasileiros são responsáveis por 95% do fluxo de comércio exterior do país e representam 80% do PIB nacional, demonstrando a importância estratégica do setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/11/2023

PORTOS - PROJETO GRÃO-PARÁ MARANHÃO VAI GERAR MAIS EFICIÊNCIA DE CUSTOS DE TRANSPORTE

Transformação de Alcântara em um dos Maiores Terminais Portuários do País é o objetivo principal do projeto



Apresentação do projeto Grão-Pará Maranhão no Ministério de Portos e Aeroportos / MPor - Foto: Vosmar Rosa

Medidas para reduzir os custos logísticos e impulsionar a competitividade da economia brasileira estiveram em pauta no Ministério de Portos e Aeroportos. Nesta quarta-feira (22), o ministro Silvio Costa Filho recebeu representantes da empresa responsável pelo projeto de infraestrutura Grão-Pará Maranhão, que abrange o Terminal Portuário de Alcântara (TPA) e a Estrada de Ferro de Alcântara a Açailândia no território

maranhense.

A infraestrutura proposta pelo empreendimento Grão-Pará Maranhão promete trazer um desenvolvimento significativo ao estado do Maranhão, com previsões de aumento de cerca de 20% no PIB estadual, gerando aproximadamente 100.000 empregos diretos e indiretos de forma permanente. O modelo permitirá a criação de terminais especializados com organizações societárias independentes para atender a demanda de minério, agronegócio, fertilizantes, combustíveis, gás natural e carga geral.

Silvio Costa Filho destacou a importância do empreendimento como uma alternativa importante para o escoamento de produtos em diversas regiões brasileiras.

Entenda

O Terminal Portuário de Alcântara, localizado no município de Alcântara (MA), é um porto de águas profundas. A Estrada de Ferro (EF-317), com aproximadamente 520 quilômetros de extensão, conectará o Terminal à cidade maranhense de Açailândia, facilitando o acesso da carga de grãos proveniente da região Centro-Oeste por meio da Ferrovia Norte Sul.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/11/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RODOVIAS - GRUPO OUVI GOVERNADORES E PARLAMENTARES E APRESENTA PLANO DE TRABALHO PARA A BR-319/AM/RO

“Esse modelo de grupo de trabalho é o que vai tentar levar o Brasil a ter uma estrada que permita a coexistência da sustentabilidade com a necessidade das pessoas”, afirmou o ministro Renan Filho



Ministro recebeu governadores: GT ouvirá depois academia, sociedade civil, setor produtivo e técnicos de outras pastas

Construir estratégias que viabilizem a recuperação da BR-319/AM/RO, com a participação de representantes da sociedade civil, da academia e do Governo Federal, é o propósito do grupo de trabalho da rodovia criado pelo Ministério dos Transportes. A primeira reunião do GT foi realizada nesta quarta-feira (22), com a presença de governadores da região amazônica, assim como a de senadores e de deputados das bancadas federais

dos estados da região Norte do país.

“Esse modelo de grupo de trabalho, com a inclusão de parlamentares e de pessoas com experiência para tentar construir um meio termo, um consenso, é o que vai tentar levar o Brasil a ter uma estrada que permita a coexistência da sustentabilidade com a necessidade das pessoas”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Além do ministro Renan Filho, participaram da primeira reunião os governadores do Amazonas, Wilson Lima; de Rondônia, Marcos Rocha; do Mato Grosso, Mauro Mendes; e do Acre, Gladson Cameli; senadores e deputados federais dos dois estados; representantes dos ministérios dos Transportes, da Casa Civil e do Meio Ambiente; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e do governo do Tocantins.

“Havia um desencontro de informações muito grande sobre a questão da recuperação da BR-319. Mas, agora, estamos vendo uma disposição muito grande do governo federal para fazer isso

acontecer. Precisamos entender que a BR-319 é um projeto do Brasil. Precisamos juntos dialogar, mostrar soluções, mostrar que é possível”, disse o governador Wilson Lima.

Calendário

Responsável pela coordenação do grupo de trabalho, o subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, apresentou uma sugestão de cronograma. A primeira reunião, realizada nesta quarta, teve governadores e bancadas federais. Na sequência, a intenção é ouvir academia, sociedade civil e setor produtivo, depois os técnicos de ministérios. Ainda haverá rodadas técnicas com servidores de diversas pastas do Governo Federal e do próprio Ministério dos Transportes.

Ao fim dos trabalhos, o grupo deve consolidar uma nota técnica que servirá como documento de referência com encaminhamentos, metas, sugestões de responsabilidades e de governança, prazos, custos, uso de tecnologias. “Já em dezembro, vamos para Manaus para escutar a sociedade civil. Empresários, ativistas, aqueles que estão na academia produzindo conhecimento acadêmico, sobre os temas. E, em seguida, uma grande reunião de representações interministeriais”, disse o subsecretário Cloves Benevides.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 23/11/2023



PORTAL PORTO GENTE

PORTO DE SANTOS PROFUNDO E SEM GARGALOS

Editor Portogente

A crescente corrente do comércio demanda fluidez e movimentação ágil das cargas.

Por ocasião da contratação da dragagem de manutenção para o Porto de Santos, é necessário considerar que os portos no mundo mudaram muito nos últimos 20 anos. Oportuno discutir assunto tão importante para a competitividade do porto. Principalmente por quanto foi polêmica a atual contratação da dragagem com a holandesa Van Oord, por 24 meses, prorrogáveis por mais 60 meses, por quase R\$ 100 milhões mais caro, do que poderia ter sido negociada a prorrogação do contrato da DTA. E os ruidosos R\$ 18 milhões pagos, em 2016, pela antiga Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp à Dragabrás Serviços de Dragagem Ltda. controlada pelo grupo belga Deme.



Veja ainda * Dezoito milhões de reais: completa análise sobre o pagamento da Codesp à Dragabrás
<https://portogente.com.br/dragagemportuaria/102493-dezoito-milhoes-de-reais-completa-analise-sobre-o-pagamento-da-codesp-a-dragabras>

A dragagem de manutenção de um porto é essencial na eliminação de gargalos prejudiciais ao acesso de navios com grandes calados e alavancar maior competitividade na movimentação de cargas. Apesar da extensa costa marítima brasileira, com mais de 8.000 km, depois do desmonte da antiga Companhia Brasileira de Dragagem -

CBD, no início do governo Collor, o Brasil precisa recuperar a tecnologia nacional de dragagem, como um fator estratégico. Um debate que há muito a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, já deveria ter feito.

Veja mais * Resposta de SPA sobre dragagem do Porto de Santos gera dúvida

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114791-resposta-de-spa-sobre-dragagem-do-porto-de-santos-gera-duvida>



Elaborar um contrato de dragagem de portos, como o de Santos, exige termos de referência baseados na produtividade, paralizações, estimativas de assoreamento por trecho e considerar sobre dragagem. Detalhes que otimizam o custo-benefício desses serviços, essências, tanto na competitividade comercial quanto na efetividade da manutenção, considerando a importância do monitoramento e estudos rigorosos do solo dragado, a fim de mitigar os impactos ambientais.

Veja também * Portos de Santos e do Maranhão disputam hinterlândias

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115685-portos-de-santos-e-do-maranhao-disputam-hinterlandias>

Em tempo de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança nas siglas em inglês), são indesejáveis impactos no despejo do material dragado e seus efeitos indiretos sobre habitats e organismos. Ao se focar o objetivo da dragagem, tem destaque a profundidade. Por isto, a remuneração desses serviços seria vinculada à manutenção das profundidades e não mais ao volume de material dragado medido, quer nas cisternas quer “in situ”.

Veja ainda * ESG está acontecendo nos portos brasileiros

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114892-esg-esta-acontecendo-nos-portos-brasileiros>

Os dois principais projetos de governo para o principal porto do Hemisfério Sul, são: aprofundar o seu canal de acesso e ligar as suas margens através de um túnel submerso. Ambos exigem dragagem intensiva e de grandes volumes. São temas antigos e de tentativas fracassadas. Portogente debate esses desafios e propõe caminhos. O presidente Lula, como fez na transposição do São Francisco, anunciou que vai fazer o Porto de Santos do futuro.

Veja mais * O túnel submerso do Porto de Santos está chegando

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115675-o-tunel-submerso-do-porto-de-santos-esta-chegando>

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 23/11/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NO NORTE, SINAIS DE ALÍVIO E DESAFIOS PERSISTENTES

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Os sinais de que a estiagem pode estar chegando ao fim no Norte do Brasil trazem um suspiro de alívio, para uma região que enfrentou uma das secas mais severas em mais de um século. A recuperação do nível do Rio Negro, marcando 13 metros e 33 centímetros em Manaus, é um indício encorajador de que a época de cheia constante pode estar começando. No entanto, é crucial manter a atenção nos desafios persistentes que essa região enfrenta.

O repiquete, caracterizado pela oscilação entre cheias e secas dos rios, pode estar se despedindo para dar lugar a uma cheia estável. As chuvas intensificadas nesta fase são vistas como catalisadoras desse processo. No entanto, os efeitos da seca não desaparecem instantaneamente, e mais de 150 mil famílias ainda experimentam os impactos da escassez de água.

A situação agravou-se a ponto de 62 municípios amazonenses declararem estado de emergência. Cerca de meio milhão de pessoas foi diretamente afetado, evidenciando que os problemas causados pela estiagem não se limitam apenas ao abastecimento doméstico. A navegação, vital para o transporte de mercadorias para a Zona Franca de Manaus (ZFM), foi prejudicada pela falta de profundidade nos rios.



O Super Terminais, um importante ponto de ancoragem no Porto de Manaus, enfrentou uma paralisação significativa, impactando diretamente a capacidade de transporte marítimo para a ZFM. Embora tenha retomado as operações, a ocupação de apenas 10% da capacidade das embarcações destaca a necessidade urgente de intervenções.

O Governo Federal anunciou uma dragagem emergencial em trechos críticos dos rios Solimões e Amazonas, com um investimento substancial. Essa medida é um passo crucial para a reabilitação da navegação fluvial, mas não deve ser vista como uma solução única. A continuidade desses serviços de dragagem deve ser incorporada como uma prática regular.

A crise provocada pela estiagem na Região Norte deve servir como um alerta para a importância da gestão sustentável dos recursos hídricos e da infraestrutura fluvial. Investir na manutenção constante dos rios é vital para garantir que a navegação, essencial para o abastecimento da ZFM e outras atividades comerciais, não seja interrompida. Ainda que se celebrem os primeiros indícios de recuperação, é imperativo manter um compromisso contínuo com medidas preventivas. A guerra pela resiliência e sustentabilidade da Região Norte continua.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/11/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

SUBSTITUIÇÃO 1

Enquanto o Ministério de Portos e Aeroportos não anuncia o nome de seu novo secretário-executivo ou nova secretária-executiva já está definido quem substituirá o ministro Silvio Costa Filho no órgão dessa sexta-feira, dia 24, até 6 de dezembro, quando participará da COP-28, a Conferência da ONU sobre Mudança do Clima, a ser realizada em Dubai, nos Emirados Árabes. Decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado na edição desta quinta, dia 23, no Diário Oficial da União, designa a secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, para a função.

SUBSTITUIÇÃO

Quanto ao novo secretário executivo, ele deve ser anunciado nos próximos dias. Atualmente, o cargo é ocupado pelo ex-presidente do Porto de Suape (PE), Roberto Gusmão, que já anunciou que deixará a função para tratar de projetos políticos em seu estado natal.

AUTONOMIA 1

Após dez anos, a Autoridade Portuária de Santos (APS) retomou sua autonomia administrativa. A medida foi oficializada nessa quinta-feira, com a publicação do Extrato do Convênio de Delegação de Competências n. 1/2023 no Diário Oficial da União. O termo é celebrado entre a APS e o Ministério de Portos e Aeroporto, com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

AUTONOMIA 2

Com a delegação, a APS volta a elaborar editais e realizar licitações para o arrendamento de instalações portuárias, além de celebrar e fazer a gestão e a fiscalização dos contratos desses arrendamentos. Nos últimos dez anos, desde que a então presidente Dilma Rousseff centralizou essas responsabilidades no Governo Federal, elas foram feitas pela Antaq.

AUTONOMIA 3

O extrato do convênio foi assinado pela secretária nacional de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, pelo diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, e pelo diretor-presidente da APS, Anderson Pomini.

RODOVIA

O grupo de trabalho que vai analisar a recuperação da rodovia BR-319/AM/RO teve sua primeira reunião nessa quarta-feira, dia 22, em Brasília. Participaram governadores da região amazônica, senadores e deputados federais dos estados da Região Norte, além do ministro dos Transportes, Renan Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/11/2023

NACIONAL - SENADO APROVA PL QUE ESTENDE O REPORTO POR MAIS 5 ANOS

Texto sobre o benefício passou como uma emenda jabuti, inserida em uma proposta sobre apostas esportivas

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



O Projeto de Lei que versa sobre a prorrogação do Reporto por mais cinco anos teve aprovação unânime no Senado, com 19 votos a favor ante nenhum negativo Crédito: Divulgação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou na quarta-feira, dia 22, o Projeto de Lei (PL) 5610/2023 que prorroga por mais cinco anos o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à

Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

O texto que estende desoneração de tributos federais aos investimentos na modernização e na ampliação das estruturas portuárias foi aprovado em caráter terminativo, ou seja, poderá seguir diretamente para a análise da Câmara dos Deputados.

A matéria é de autoria dos senadores Wellington Fagundes (PL-MT) e Carlos Portinho (PL-RJ). A relatoria foi do senador Jaques Wagner (PT-BA). O texto teve aprovação unânime. Foram 19 votos contra nenhum negativo. Não houve abstenção.

No início da semana, uma emenda prevendo a renovação do Reporto foi apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) ao PL 3626/2023 que regulamenta as apostas esportivas e fixa uma quota fixa para as ações. A sugestão, no entanto, foi considerada um jabuti – manobra que deputados e senadores fazem ao inserir uma proposta legislativa em um tema sem relação com o texto original.

A votação do PL 3626 começou na terça-feira, dia 21, na CAE, mas a emenda jabuti causou tumulto e provocou a articulação entre os senadores da base governista e os da oposição. Com a urgência pela aprovação da extensão do Reporto que vence no dia 31 de dezembro, os senadores apresentaram o novo PL na quarta-feira e conseguiram aprovação na Comissão.

A expectativa é de que na Câmara dos Deputados os parlamentares aprovem um requerimento de urgência para que o Projeto de Lei não precise ser analisado por nenhuma comissão e vá direto para o Plenário da Casa.

Um texto referente ao mesmo assunto tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. o relator é o deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), mas a matéria não tramitou.

Fontes ligadas ao Palácio do Planalto informaram que havia um temor que o projeto não fosse aprovado a tempo no Senado por falta de apoio, por isso o texto ainda não tinha sido analisado para



ser encaminhado à Casa revisora. Agora com a matéria na Câmara, representantes do setor acreditam que ela pode ser votada ainda este mês.

Caso o Reporto não seja renovado, os preços dos produtos elegíveis para o benefício em contratos já celebrados podem ser elevados em até 10%, segundo estimativa do setor portuário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/11/2023

NACIONAL - MAIS UM TERMINAL SE JUNTA AO LEILÃO DA ANTAQ EM DEZEMBRO

Agência aprovou arrendamento do MAC 15, em Maceió, em carteira com outros quatro terminais

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a realização do leilão do MAC 15, terminal instalado no Porto de Maceió (AL). A decisão foi comunicada no último dia 16, em Reunião Ordinária de Diretoria (ROD).

Com a aprovação, o MAC 15 se junta a uma carteira de outros quatro terminais que também serão leiloados no dia 13 de dezembro, na B3, em São Paulo: RIG 71 no Porto do Rio Grande; VDC 04 no Porto de Vila do Conde; POA 02 e POA 11 no complexo de Porto Alegre. Todos serão leiloados na modalidade simplificada.

O MAC 15 será destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal, e o leilão será feito na forma de arrendamento simplificado. Nessa modalidade, regulamentada pelo Decreto 8.033/2013, os arrendamentos dispensam audiência pública e podem também ser dispensados da análise de mérito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em razão do pequeno porte e do reduzido risco apresentado.

Entre as características do MAC 15, destaca-se que se trata de uma área brownfield de quase 42 mil m². O valor do contrato é de R\$ 318 milhões com valor do arrendamento mensal fixo de R\$ 336 mil em um tempo de contrato de cinco anos.

Em seu voto, a relatora do processo, diretora Flávia Takafashi, explicou que a futura arrendatária deverá desembolsar R\$ 7,2 milhões para que a operação aconteça de forma produtiva.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/11/2023

REGIÃO SUL - COMPLEXO DE PORTO ALEGRE TEM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS SUSPENSAS

Portos RS informou que atividades foram paralisadas devido à elevação do Lago Guaíba

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, afirmou nesta quarta-feira (22) que as atividades e operações portuárias do complexo de Porto Alegre foram temporariamente suspensas. A paralisação das atividades se deve à elevação do nível do Lago Guaíba, e o conseqüente avanço do mar sobre o cais.

A Prefeitura de Porto Alegre, em razão da elevação do nível do lago, determinou o fechamento das comportas do lago. Além disso, foi orientada a suspensão temporária das operações do porto.

Segundo dados da Defesa Civil de Porto Alegre e do estado, o Rio Guaíba atingiu 3,26 metros, considerado o maior nível desde 1941. O pico durante a enchente histórica no passado foi de 4,75 metros.

Em razão do aumento do nível do rio, diversas ruas e avenidas de Porto Alegre ficaram debaixo d'água, deixando pessoas desabrigadas e feridas.

Em nota enviada à imprensa, a Portos RS informou que as atividades no cais só poderão ser retomadas após a confirmação do recuo das águas, além da reabertura das comportas por parte do Departamento Municipal de Água e Esgotos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/11/2023

REGIÃO SUL- REVIRAVOLTA EM ITAJAÍ: MADA ARAÚJO VOLTA A SER DECLARADA VENCEDORA DE LEILÃO

Empresa já havia sido aprovada anteriormente para operar no terminal de contêineres e desqualificada logo em seguida

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



O contrato prevê que a empresa vencedora passe a operar em Itajaí por 24 meses, prazo que poderá ser prorrogado sob condições especificadas no edital do processo seletivo Crédito: Divulgação/SPI

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) divulgou, em despacho emitido pela Diretoria, junto a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários (CPLA), que a Mada Araújo Asset Management Ltda foi a vencedora do leilão de arrendamento

transitório para operar no Complexo Portuário de Itajaí, em Santa Catarina. O resultado final do certame foi divulgado na noite de terça-feira (21).

Com a decisão, que ainda será homologada, a empresa irá destinar, de acordo com o Edital, a movimentação de carga de contêineres e carga geral em área do Porto de Itajaí no que compreende ao perímetro de arrendamento em 79.946,42 m² – denominada por Área A (berços 01 e 02).

Durante a sessão pública, realizada em setembro, a Mada Araújo apresentou a segunda melhor oferta, de 44.600 TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) para a Movimentação Mínima Exigida (MME).

De acordo com o despacho da agência reguladora, assinado pelo diretor almirante Wilson Lima Filho, destaca-se que a CPLA declarou a empresa vencedora, uma vez que a proponente apresentou e atendeu as condições de habilitação e classificação do certame.

No mesmo documento divulgado na terça-feira, a respeito dos recursos negados pelas empresas MMS Empreendimentos e Livramento Holding SA, manteve-se a decisão da CPLA, desclassificando ambas do processo licitatório através de suas propostas apresentados, considerando-as inexequíveis quanto ao aspecto técnico-operacional.

Durante a sessão pública, a proponente MMS Empreendimentos LTDA, sendo a empresa que apresentou o maior lance do certame, ofertou 66.600 TEUs e a proponente Livramento Holding SA ofertou 21.200 TEU.

Desclassificação e habilitação

Em outubro as empresas Mada Araújo Asset Management LTDA e MMS Empreendimentos LTDA foram desclassificadas na etapa de habilitação pela Antaq. Segundo a agência, as duas proponentes não tinham como provar capacidade mínima operacional de movimentação de contêineres exigida no edital. Depois, houve o chamamento da terceira colocada, sendo a Teconnave, na oportunidade ofertando um lance de 35.000 TEU.

A Teconnave foi convocada para apresentar sua documentação, onde posteriormente, após o prazo de análise de documentos, seu anúncio foi divulgado informando que a empresa teve aprovação e devida habilitação para operar no Porto de Itajaí.

A CPLA informou que a Antaq havia recebido três impugnações ao certame, através de recursos onde impediam, contrariando a aprovação e habilitação da terceira colocada. Após a fase de análise e avaliação dos recursos recebidos, a agência reguladora, informou nesta terça-feira, o resultado final do edital dando habilitação à empresa Mada Araújo Asset Management Ltda.

Processo

O contrato prevê que a empresa vencedora passe a operar no Porto de Itajaí por 24 meses, prazo que poderá ser prorrogado sob condições especificadas no edital do processo seletivo.

Quanto às condições de pagamento, a empresa arrendatária deverá pagar para a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), o valor de outorga de R\$ 60,63 por cada TEU (contêiner movimentado), e R\$ 5,33 por tonelada de carga geral movimentada, tendo o direito de explorar suas atividades no que compreende a área arrendada do terminal.

O superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, afirmou que aguarda ansiosamente pelo retorno da operação de movimentação de contêineres em Itajaí, agora com o resultado final do arrendamento transitório.

“Para nós, numa fase emergencial, estamos aguardando ansiosos pelo retorno das movimentações de contêineres no Porto de Itajaí. Agora, com este resultado final do leilão, aguardamos os próximos passos como a assinatura do contrato”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/11/2023

REGIÃO NORTE - APÓS ‘REPIQUETE’, RIO NEGRO VOLTA A SUBIR

Foram 24 centímetros em quatro dias, sem mais registro de descida das águas

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Até a última terça-feira (21), o Rio Negro estava marcando 13m33, o que, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil, mostra que a recuperação de seu nível está acelerada Crédito: Divulgação

Desde o último sábado (18), o Porto de Manaus (AM), que realiza a medição do Rio Negro, não registrou mais a descida das águas, o que pode significar o fim do repiquete (movimento de cheia e seca do rio) e o início da cheia constante.

Até terça-feira (21), o Rio Negro estava marcando 13 metros e 33 centímetros, o que, segundo o Serviço Geológico do Brasil (SGB), mostra que a recuperação de seu nível está acelerada e as enchentes nos Rios da Bacia Amazônica devem ser definitivas.

Ainda de acordo com o SGB, as chuvas se intensificam neste período na região e também vão ajudar na subida das águas, podendo encerrar de vez o período de seca no Amazonas, que neste ano foi o mais severo em 121 anos.

Porém, os problemas causados pela estiagem continuam e segundo dados da Defesa Civil do Amazonas, mais de 150 mil famílias ainda sofrem os impactos da falta d'água. Nos piores períodos

da seca, 62 municípios amazonenses decretaram situação de emergência e cerca de 500 mil pessoas foram afetadas.

A navegação de navios que transportam cargas para a Zona Franca de Manaus (ZFM) também foi paralisada por falta de profundidade necessária para a passagem das embarcações.

O Super Terminais, porto privado que atende à ZFM, chegou a ficar mais de 1 mês sem receber navios cargueiros (de 19 de setembro a 25 de outubro). Só no fim do mês passado o terminal conseguiu retomar as operações de transporte marítimo, mas ocupando apenas 10% da capacidade das embarcações.

O terminal em si, consegue manter a profundidade para os navios atracarem (38,5 m), o problema está em trechos dos rios Madeira e Amazonas.

Para mitigar os impactos, o Governo Federal anunciou a realização de dragagem emergencial em trechos dos rios Solimões e Amazonas, em investimento de mais de R\$ 138 milhões. Os trabalhos estão sendo realizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e devem seguir até o fim deste ano.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/11/2023

REGIÃO NORTE - SUFRAMA PARTICIPA DE EVENTO QUE DISCUTE TECNOLOGIA E BIOECONOMIA

ExpoAmazônia Bio&TIC 2023 será realizada em Manaus, nos dias 28, 29 e 30 deste mês

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A feira terá a temática “Tecnologia Sustentável da Amazônia para o Mundo”, com a proposta de alavancar os polos de Bioeconomia e de Tecnologia da Informação e Comunicação Crédito: Divulgação

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) vai participar da ExpoAmazônia Bio&TIC 2023, um dos maiores eventos de tecnologia, negócios e bioeconomia da Região Norte, que acontecerá nos dias 28, 29 e 30 de novembro, na capital do Amazonas.

A entidade será representada por seu superintendente, Bosco Saraiva, durante a abertura do evento, no dia 28, às 15h. Também está prevista a presença de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República, e Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Em sua terceira edição, a feira terá a temática “Tecnologia Sustentável da Amazônia para o Mundo”, com a proposta de alavancar os polos de Bioeconomia (Bio) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como dois vetores econômicos viáveis e sustentáveis para a manutenção da floresta amazônica e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

No total, serão seis eixos temáticos: bioeconomia, biotecnologia e mercados; empreendedorismo e gestão de negócios; valorização dos saberes tradicionais; produções acadêmicas em BIO&TIC; Tecnologia da Informação e Comunicação e mercados; e economia criativa e cultura.

“A Amazônia é um bioma único e essencial para o equilíbrio do planeta. Ela abriga uma biodiversidade inestimável e é um importante reservatório de água e carbono. Mas estamos lidando com muitos problemas e a tecnologia e os novos modelos de negócios podem nos ajudar na busca de um desenvolvimento sustentável, que respeite o amazônida e sua identidade”, explicou Murilo

Monteiro, diretor executivo da Associação do Polo Digital de Manaus (APDM), uma das instituições organizadoras do evento.

Durante a programação serão 60 palestras gratuitas sobre tecnologia, negócios e bioeconomia para o desenvolvimento da Região Norte. Entre os principais palestrantes confirmados, estão Harim Feitosa, CEO e founder da Soul Hara; Tatiana Schor, chefe da unidade Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Francisco Higuchi, CEO da Tero Carbon; Gustavo Tosello Pinheiro, coordenador de Economia de Baixo Carbono do Instituto Clima e Sociedade (iCS); Rafael Moreira, CEO e founder da Bertha Capital; Rodinelli Borges de Oliveira, examinador de patente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); Ariel Marcelo Madril, consultor tecnológico do Instituto de Pesquisas Eldorado; Caio Stenio Agmont, CEO & founder da Ages Bioactive; e muitos outros.

Outras palestras de destaque são “O que falta para a efetivação da economia verde na Amazônia”, “Crédito de Carbono – Um Novo Vetor Econômico para Amazônia”, e “Desafios e tecnologias para Cadeias produtivas da bioeconomia”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/11/2023

REGIÃO SUDESTE - ELDORADO BRASIL INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVA PASSARELA PARA PEDESTRES EM SANTOS

Novo empreendimento vai facilitar acesso dos trabalhadores portuários na margem direita

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



A Passarela Eldorado será construída na confluência das ruas Coronel Raposo de Almeida e Professor João de Lima Roland com a Avenida Mário Covas, no bairro Estuário Crédito: Reprodução

Teve início na terça-feira (21) as obras de implantação de uma passarela para travessia de pedestres sob a Avenida Governador Mário Covas Júnior, na região portuária de Santos (SP). A construção do empreendimento será feita por meio de

uma parceria entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Eldorado Brasil.

A Passarela Eldorado será construída na confluência das ruas Coronel Raposo de Almeida e Professor João de Lima Roland com a Avenida Mário Covas, no bairro Estuário. A passarela sobre a avenida facilitará o acesso de trabalhadores aos terminais portuários da margem direita do Porto de Santos.

Além da construção da futura passarela, a empresa também será responsável pela revitalização de uma praça que existe no local. A previsão inicial é de que os trabalhos sejam concluídos até abril do ano que vem.

Presente na solenidade de início das obras, o prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), afirmou que a passarela significa mais segurança para o trabalhador portuário e terminais investindo cada vez mais na qualificação urbana da cidade.

“A gente trabalha para essa união em Santos, com o poder público, empresários do porto e da cidade, sempre com o apoio da Câmara. E essa é a forma que temos trabalhado em conjunto para viabilizar grandes obras, por meio da Autoridade Portuária de Santos”, comentou.

Para o diretor de logística da Eldorado Brasil, Flavio da Rocha Costa, o apoio da Prefeitura foi fundamental para dar início ao projeto, já que foi necessário utilizar a área da praça para instalar a futura passarela.

“Temos o início de mais uma parte da nossa obra para a Cidade. Assinamos um acordo com o então Ministério da Infraestrutura de fazer todo o investimento de responsabilidade da Autoridade Portuária no viaduto e no interno do Porto, somando mais de R\$ 120 milhões”, disse o executivo.

Também presente na cerimônia, o secretário municipal de Assuntos Portuários e Emprego, Bruno Orlandi, destacou a importância da obra para quem transita pela região do município.

“Hoje, a gente tem a oportunidade para mais um avanço significativo na nossa cidade, um trabalho que vai juntar o desenvolvimento econômico com a qualidade de vida, trazendo segurança para quem transita pelos dois lados da Mário Covas”, comentou.

Novo terminal

No final do mês de julho, a Eldorado Brasil inaugurou o seu novo terminal de exportação de celulose no Porto de Santos (SP), e o maior do país dedicado a este tipo de carga. Chamado de EBlog STS 14, o empreendimento tem capacidade de exportar até 3 milhões de toneladas do produto por ano, que é produzido na fábrica da companhia no município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, e atualmente chega ao complexo portuário exclusivamente pelo modal rodoviário.

Em acordo com a Prefeitura de Santos, como contrapartida da obra do novo terminal, a Eldorado está construindo uma Unidade de Saúde da Família, também no bairro Estuário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/11/2023

REGIÃO SUDESTE - APS ALTERA TOLERÂNCIA PARA RECEPÇÃO DE CAMINHÕES DE CARGA SOLTA E CONTEINERIZADA

Mudança de 15 minutos para uma hora da janela de agendamento foi demanda da categoria
Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Segundo a APS, a medida visa mitigar possíveis prejuízos aos transportadores em decorrência de congestionamentos de veículos em ambas as margens do Porto de Santos Crédito: Sérgio Coelho/APS

Em portaria publicada pela Autoridade Portuária de Santos (APS) na última semana, a Companhia alterou de forma provisória a tolerância de tempo para recepção de caminhões de carga solta e containerizada no Porto de Santos. De acordo com o documento, assinado pelo diretor-presidente Anderson Pomini, a medida é válida por dois meses e teve início no último

dia 16.

Anteriormente, o período de recepção dos caminhões que transportam cargas soltas e contêineres no cais santista era de 15 minutos antes da hora alvo da janela de agendamento.

Com a nova decisão da APS, o período de recepção aumentou para uma hora antes da hora alvo da janela. Segundo a portaria, permanecem as duas horas depois da hora alvo da janela de agendamento.

De acordo com a medida, permanecem para os caminhoneiros alteração até no momento da chegada dos veículos na portaria. Além disso, o cancelamento segue podendo ser feito duas horas antes da hora alvo da janela de agendamento.



Ainda segundo a APS, a norma visa mitigar possíveis prejuízos aos transportadores em decorrência de congestionamentos de veículos em ambas as margens do Porto de Santos.

Demanda

Conforme o documento da portaria, a diretoria da Autoridade Portuária de Santos recebeu diversas demandas sobre o assunto de horários para recepções de veículos do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo (Sindicam) e do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), apresentadas durante reunião realizada no mês passado na sede da APS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/11/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

GOVERNO ANUNCIA ABERTURA DE NOVOS MERCADOS NO VIETNÃ, TAILÂNDIA, TURQUIA E NOVA ZELÂNDIA

Informações: Canal Rural (23 de novembro de 2023)

Em nota, o governo brasileiro revelou a abertura dos mercados de Vietnã, Tailândia, Turquia e Nova Zelândia para a exportação de farelo de milho, um dos produtos resultantes da produção do etanol de milho, tecnicamente chamado de DDG (distiller's dried grains/ grãos secos por destilação) ou DDGS (distiller's dried grains with solubles/ grãos secos por destilação com solúveis).

Os DDGS/DDG são gerados a partir da produção do etanol do milho na segunda safra. O insumo é fonte proteica e energética nas formulações de ração animal (de ruminantes, suínos, aves, peixes e camarão).

De acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), as projeções indicam que até 2031/2032 a produção de etanol de milho brasileiro saltará para 10,88 bilhões de litros, o que levará a uma oferta para o mercado de aproximadamente 6,5 milhões de toneladas de DDG/DDGS.

A abertura dos novos mercados é resultado dos esforços conjuntos entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Cenário

Atualmente, o Brasil é o terceiro maior produtor de milho do mundo, atrás apenas da China (2ª) e dos Estados Unidos (1º). Cerca de 10% dos grãos são destinados à produção de etanol, que é realizada com o milho de segunda safra. A "safrinha" é plantada na mesma área após a colheita da safra principal, dentro do mesmo ano agrícola, e não demanda terra adicional para ser cultivada, o que reduz significativamente a emissão de gás carbônico.

Pelas métricas do governo brasileiro, o etanol de milho tem uma das pegadas mais baixas dentre todas as usinas de etanol do Brasil (cerca de 17gCO2/MJ).

Segundo o 1º Levantamento da Safra de Grãos 2023/24, divulgado em outubro pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de milho total esperada para o cereal na safra 2023/24 é de 119,4 milhões de toneladas. Estima-se que 38 milhões de toneladas do cereal serão exportadas pelo país.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/11/2023



VEÍCULOS COM ATÉ 30 METROS ESTÃO AUTORIZADOS A TRAFEGAR DURANTE A MADRUGADA NA RODOVIA ANCHIETA

Informações: ARTESP (23 de novembro de 2023)

Medida aprovada pelo DER pretende reduzir tempo e custos logísticos do transporte rodoviário

Entrará em vigor, a partir do dia 21 de novembro, a portaria nº 084/2023 que permite a circulação durante a madrugada de veículos de transporte de cargas (CVC) nos trechos de serra, entre o km 40 e o km 55, das pistas Norte e Sul da Rodovia Anchieta (SP-150).

Aprovada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a decisão, que autoriza a circulação de caminhões com comprimento de até 30 metros e peso bruto total combinado máximo de 74 toneladas, como bitrens, tem o objetivo de agilizar a circulação de produtos, especialmente os produzidos no entorno da rodovia, e auxiliará os setores de logística e transportes a garantirem o escoamento de mercadorias e itens agrícolas ao Porto de Santos. A circulação poderá ser realizada de segunda à quinta.

Para que possam circular na rodovia, os condutores deverão estar de posse da AET (Autorização Especial de Trânsito) e observar os dias de rodízio estipulados. Cabe destacar que a AET é exclusiva para trânsito na SP-150, não podendo abranger outros itinerários.

Para que as viagens sejam realizadas de forma segura, será implantada nova sinalização vertical informativa e de advertência aos motoristas em pontos estratégicos da Rodovia Anchieta. A reavaliação das velocidades praticadas, a transmissão de mensagens nos painéis de Mensagens Variáveis (PMVs) localizados ao longo das vias e a disseminação de mensagens educativas nas redes sociais também serão reforçadas pela concessionária.

Segurança e horários liberados

A fiscalização permanente em relação à circulação de caminhões pesados articulados será realizada por agentes do DER e da Polícia Militar Rodoviária com apoio da concessionária, por meio da checagem da nota fiscal da carga transportada e dos eixos que compõem as combinações dos caminhões. A qualquer momento, poderá ser solicitada ao condutor que adentre no posto de pesagem toda a documentação e autorizações pertinentes, evitando que veículos em situação irregular com excesso de carga coloquem em risco as condições de segurança dos usuários na rodovia.

Além disso, todas as composições de veículos de cargas, CVC's –divisível e indivisível, ficarão proibidas de circularem na faixa da esquerda, inclusive para ultrapassagem do trecho, entre o km 40 e o km 55, nas pistas Norte e Sul, no sentido Baixada Santista da Via Anchieta.

Para garantir as condições de segurança dos motoristas, será intensificado o monitoramento. Além disso, os técnicos da concessionária e do DER emitirão relatórios com diagnóstico de acompanhamento das ocorrências registradas na via.

Confira os dias e horários que a circulação será permitida:

- de 1h até às 5h de segunda-feira;
- das 23h de segunda-feira até às 5h de terça-feira;
- das 23h de terça-feira até às 5h de quarta-feira;
- das 23h de quarta-feira até às 5h de quinta-feira;
- das 23h de quinta-feira até às 5h de sexta-feira.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/11/2023

BRASIL ULTRAPASSA US\$ 300 BI EM EXPORTAÇÕES PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (23 de novembro de 2023)

A 3ª semana de novembro registrou superávit de US\$1,963 bilhão e corrente de comércio de US\$10,148 bilhões. Resultados são referentes às exportações no valor de US\$6,055 bilhões e importações de US\$4,092 bilhões

balança comercial da 3ª semana de novembro de 2023 registrou superávit de US\$ 1,963 bilhão e corrente de comércio de US\$ 10,148 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 6,055 bilhões e importações de US\$ 4,092 bilhões. Os números foram divulgados nesta segunda-feira (20) pela secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

No mês, as exportações somam US\$ 17,226 bilhões e as importações, US\$ 11,222 bilhões, com saldo positivo de US\$ 6,003 bilhões e corrente de comércio de US\$ 28,448 bilhões. No ano, as exportações totalizam US\$ 300,014 bilhões e as importações, US\$ 213,502 bilhões, com saldo positivo de US\$ 86,512 bilhões e corrente de comércio de US\$ 513,516 bilhões.

Balança Comercial Parcial do mês de novembro/2023 – 3ª Semana

Comparativo Mensal

Nas exportações, comparadas as médias até a 3ª semana de novembro/2023 (US\$ 1,56 bilhão) com a de novembro/2022 (US\$ 1,38 bilhão), houve crescimento de 13,3%. Em relação às importações houve queda de 4,9% na comparação entre as médias até a 3ª semana de novembro/2023 (US\$ 1,02 bilhão) com a do mês de novembro/2022 (US\$ 1,07 bilhão).

Assim, até a 3ª semana de novembro/2023, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,58 bilhões e o saldo, também por média diária, foi de US\$ 545,76 milhões. Comparando-se este período com a média de novembro/2022, houve crescimento de 5,3% na corrente de comércio.

Exportações por Setor e Produtos

No acumulado até a 3ª semana do mês de novembro/2023, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 79,97 milhões (32,2%) em Agropecuária; crescimento de US\$ 86,9 milhões (24,7%) em Indústria Extrativa e crescimento de US\$ 19,77 milhões (2,6%) em produtos da Indústria de Transformação.

Importações por Setor e Produtos

No acumulado até a 3ª semana do mês de novembro/2023, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: queda de US\$ 2,01 milhões (-9,8%) em Agropecuária; queda de US\$ 18,93 milhões (-23,0%) em Indústria Extrativa e queda de US\$ 24,79 milhões (-2,6%) em produtos da Indústria de Transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/11/2023

CÂMARA APROVA PL QUE ATUALIZA REGULAÇÃO DA PRATICAGEM

Fonte: Praticagem do Brasil (23 de novembro de 2023)



A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de terça-feira (21/11), o Projeto de Lei 757/2022 que aperfeiçoa a regulação da atividade de praticagem, trazendo mais estabilidade jurídica nos aspectos que envolvem a segurança da navegação e a parte econômica do serviço.

O projeto altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997) e a Lei



10.233/2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, permitindo que a Antaq participe de comissão temporária formada pela Marinha para emitir parecer consultivo sobre o preço.

O valor do serviço é livremente negociado entre armadores e praticagem. De acordo com o texto, mediante provocação das partes, a Autoridade Marítima poderá fixá-lo – em caráter extraordinário, excepcional e temporário –, comprovado abuso de poder econômico ou defasagem de preço.

No que tange à segurança da navegação, o projeto insere, na Lei 9.537/1997, a escala de rodízio única de atendimento aos armadores. Este instrumento está presente nas Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem, porém, sem status legal.

A escala é estabelecida pela Marinha para garantir a disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do práctico e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação. Ao mesmo tempo, dá autonomia para o práctico tomar sempre a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. Da mesma forma, o práctico não escolhe o armador a que vai atender, impedindo qualquer regime de preferência.

Outro parâmetro de segurança que consta na matéria é a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta, salvo as previstas em regulamento da Autoridade Marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira, como é o caso dos comboios de balsas.

De acordo com o texto, a Marinha poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até cem metros de comprimento, com pelo menos 2/3 da tripulação brasileira. Os demais critérios para a concessão são apontados no projeto, como a exigência prévia de análise risco atestando não haver perigo à navegação.

A discussão sobre os projetos que tramitavam acerca do tema foi retomada com o encaminhamento do Projeto de Lei 877/2022, aprovado por unanimidade no Senado. Na Câmara, decidiu-se por aproveitar o texto e outros que tramitavam na Casa, aperfeiçoando-os no Projeto de Lei 757/2022. Coube ao deputado Coronel Meira (PL-PE) ser o relator do parecer de plenário. Ele destacou que 25 setores participaram do debate sobre a matéria. A sessão foi conduzida pelo presidente, deputado Arthur Lira (PP-AL).

O presidente da Praticagem do Brasil e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (IMPA), práctico Ricardo Falcão, foi uma das partes ouvidas nas audiências públicas da Câmara. Ele considera que os deputados chegaram a um consenso sobre a legislação, buscando padrões mundiais de regulação da atividade nos aspectos técnico e econômico:

– Acredito que deixamos claro nas discussões que a praticagem, na verdade, é um item de redução do Custo Brasil. Além de assegurar a entrada e saída de navios, mantendo os portos funcionando plenamente para a economia, a atividade investe continuamente em estudos, treinamento e tecnologias que contribuem para superar as limitações portuárias que impactam o Custo Brasil.

Esses investimentos possibilitam que os navios carreguem mais e demorem menos tempo para entrar nos portos e deles sair. Somos referência em eficiência e segurança. O texto da Câmara traz estabilidade regulatória a esse sistema que funciona.

O Projeto de Lei 757/2022 segue agora para apreciação do Senado Federal.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/11/2023

MINISTRO DA AGRICULTURA, CARLOS FÁVARO É EXONERADO DO CARGO

Informações: R7 (23 de novembro de 2023)



Exoneração a pedido foi publicada no DOU; senador, ele deve retornar ao posto para participar de votações importantes na Casa - Foto: Senado Federal

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, foi exonerado do cargo. A decisão foi publicada na edição desta quarta-feira (22) do Diário Oficial da União. Segundo o decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a demissão foi a pedido de Fávaro, que é senador e deve retornar ao posto para participar de votações na Casa.

O Senado está discutindo a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita poderes individuais de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A votação foi adiada para esta quarta-feira (22).

Além disso, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado tem na pauta desta quarta a votação das propostas sobre a regulamentação das apostas esportivas e a taxação dos super-ricos. A análise ocorre após adiamento por pedido de vista de 24 horas concedido nesta terça (21). Ambas as medidas são tidas como essenciais para que o governo cumpra as metas fiscais de 2024.

Em fevereiro deste ano, Fávaro já havia sido exonerado com outros 12 ministros com cargos legislativos para reforçar a votação dos candidatos do governo à presidência da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O ministro foi eleito para o Senado em 2020. Desde abril daquele ano, ele já ocupava o cargo interinamente. A vaga foi deixada pela ex-senadora Selma Arruda, que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por crimes de caixa dois e abuso de poder econômico na campanha de 2018.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/11/2023

CONGRESSO EM SANTOS PROPÕE IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR PORTUÁRIO

Informações: Santaportal (23 de novembro de 2023)

As boas práticas empresariais nos âmbitos ambientais, sociais e de governança, propostas na Agenda ESG (Environmental, Social and Governance), serão pauta de debate no último dia do 1º Congresso Nacional Integra Portos (CNIT), que acontece nesta sexta-feira (24), em Santos. A mesa redonda tem início previsto para as 16h, no Blue Med Convention Center (Praça Almirante Gago Coutinho, 29 – Ponta da Praia).

Entre os convidados estão a especialista em Políticas Públicas Amena Ferraz; o diretor de Sustentabilidade, Infraestrutura e Segurança do Terminal Ecoporto Santos, Gabriel Jordão; o chefe do Departamento de Políticas Públicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Depods-OTC), Fábio Tatsubô.

A mediação será por conta da coordenadora do Núcleo de Estudos Portuários Marítimos e Territoriais (Nepomt-Unisanta/CNPq), Maria Cristina Gontijo. “O debate sobre a implementação de uma cultura com base em financiamento de empreendimentos que respeitam as premissas e o tripé da sustentabilidade é essencial para o presente e futuro que queremos”, explica a pesquisadora.

O presidente do Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), Bruno Pelochs, espera que o evento contribua com a reflexão sobre o tema e multiplique boas práticas sociais de agentes portuários.

“No Brasil, o descarte de resíduos, economia de recursos naturais, ações de governança e compliance já estão na pauta de muitas empresas, porém precisamos de mais”, enfatiza. “São



necessárias iniciativas de diversidade, equidade, responsabilidade social e carinho com o entorno. Precisamos trazer a reflexão para os três pilares do ESG”.

O público-alvo é formado por representantes do setor portuário e de navegação da Cidade. No entanto, demais interessados também podem fazer a inscrição clicando aqui e participar presencialmente ou através da transmissão on-line. Após o pagamento da taxa de R\$ 50,00, o inscrito pode acessar outras atividades da programação do congresso.

1º Congresso Nacional integra portos

O 1º Congresso Nacional Integra Portos, que começou nesta quarta-feira (22), é um evento focado na integração e transmissão de conhecimento dos assuntos portuários, convidando a comunidade portuária e acadêmica para debater o futuro do setor. O tema principal desta edição é ‘O futuro do trabalho portuário – Oportunidades e Desafios’.

As atividades, promovidas pela Fundação do Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), Autoridade Portuária de Santos (APS) e Prefeitura Municipal de Santos (PMS), abrangem minicursos, mesas redondas, palestras, apresentações de trabalho, rodas de conversa, entre outras ações.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/11/2023

APS PROGRAMA OBRAS PARA 2024 COM INVESTIMENTO DE R\$ 7 BILHÕES

Informações: Autoridade Portuária de Santos (23 de novembro de 2023)

A Autoridade Portuária de Santos (PAS) programou dar início, em 2024, a uma série de obras e providências, que contarão com um investimento de R\$ 7 bilhões. São as principais: dragagem do canal para -16 metros; dragagem dos berços de atracação entre os armazéns 12A e 23; reforma do cais da Ilha Barnabé; melhorias na Perimetral da Margem Direita-Alemoa; instalação do sistema de monitoramento por imagens (VTMIS); implantação da fase 2 da Perimetral da Margem Esquerda e túnel Santos-Guarujá.

Este compromisso foi divulgado pelo presidente da APS, Anderson Pomini, em entrevista coletiva na manhã desta sexta-feira (17/11), na sede da companhia, que contou com a presença dos diretores de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, Eduardo Lustoza; de Administração e Finanças, Bernadete Bacellar do Carmo Mercier, além de superintendentes e gerentes.

A delegação de competências anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, foi considerada pelo presidente como um facilitador para a realização destas obras vitais para o funcionamento e a expansão do Porto de Santos.

O presidente deu detalhes e prazos das obras e também falou sobre os trabalhos de zeladoria já em andamento; o início da solução para o problema enfrentado pelos caminhoneiros, com a criação de novos estacionamentos; a designação de áreas para a expansão portuária, com a revisão da Poligonal; o Parque Valongo; a revitalização da ciclovia da Avenida Mário Covas; o concurso da nova logomarca da APS, entre outros temas que abordou neste balanço de quase sete meses da nova gestão da companhia.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/11/2023



PLANO ESTRATÉGICO DA PETROBRAS PODE PASSAR DE US\$ 100 BILHÕES, ESTIMAM ANALISTAS

Investimentos da estatal nos próximos cinco anos serão divulgados na próxima sexta-feira (24/11)
Por eptr 23 de novembro de 2023 Em Comece seu Dia, Mercado offshore, Petróleo e gás, Política energética

O Plano Estratégico 2024-2028 da Petrobras pode chegar a US\$ 105 bilhões (R\$ 515 bilhões) em investimentos, segundo estimativas coletadas pelo Valor com analistas do mercado.

– A estimativa mais baixa é da Ativa Investimentos (US\$ 86 bilhões) e a mais alta, do UBS BB. Goldman Sachs e Itaú BBA projetam um montante de US\$ 90 bilhões.

– Os analistas acreditam em um aumento mínimo de US\$ 8 bilhões (R\$ 39,2 bilhões) para correção de valores em relação ao plano atual, que prevê investimentos de US\$ 78 bilhões de 2023 a 2027.

– O valor exato será conhecido nesta sexta-feira (24/11), segundo o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates (PT/RN). Entre as mudanças, a empresa já afirmou que pretende ampliar de 6% para até 15% o percentual alocado em projetos de baixo carbono.

– Também é esperado o aumento dos investimentos em refinarias, com a ampliação das plantas existentes, em biorrefino e nas fábricas de fertilizantes.

Lula não quer briga. Em reunião no Planalto para discutir o plano estratégico da Petrobras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou fim de divergências públicas entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD/MG), e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, segundo fontes ouvidas pela CNN.

– Na última semana, Silveira cobrou a redução dos preços dos combustíveis e recebeu uma resposta de Prates para que siga a lei.

– Lula, no entanto, estaria insatisfeito com a demora para reduzir os preços da gasolina e do diesel, segundo as mesmas fontes.

– E quer que a estatal aumente o conteúdo local de seus projetos.

Ibama decide Foz em 2024. O Ibama deve decidir no início do próximo ano sobre o pedido de reconsideração apresentado pela Petrobras para perfurar na Foz do Amazonas, disse o presidente do instituto, Rodrigo Agostinho

– O órgão negou o pedido da licença ambiental feito pela estatal e criou um novo obstáculo para a autorização.

– A Petrobras, no entanto, espera começar a perfurar ainda em 2024.

Opep+ adia reunião. O preço do petróleo caiu após os produtores da Opep+ adiarem inesperadamente a reunião sobre cortes de produção, de 26 de novembro para 30 de novembro, levantando questões sobre a oferta global de petróleo.

– Os futuros do Brent fecharam em baixa de 0,59%, a US\$ 81,96 o barril. E do WTI, em queda de 0,86%, a US\$ 77,10/barril.

Amorim vai à Venezuela. O assessor especial da Presidência, Celso Amorim, viajou à Venezuela em meio a preocupações do governo brasileiro com o conflito territorial do país com a Guiana.

Novo CEO da YPF. O novo CEO da petroleira YPF já foi escolhido pelo presidente eleito da Argentina, Javier Milei, informou nesta quarta-feira (22/11) a imprensa do país. Será o engenheiro

químico Horacio Marin, presidente de Exploração e Produção da Tecpetrol, empresa de óleo e gás do Grupo Techint.

Opinião: O impacto das fraudes tributárias no mercado de combustíveis do Brasil. Monofasia do ICMS auxiliou no combate à sonegação, mas complexidade tributária permite práticas ilícitas que distorcem preços ao consumidor, escreve Fabio Florentino

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/11/2023

ANP REGULAMENTA A IMPORTAÇÃO DE BIODIESEL PARA MISTURA OBRIGATÓRIA

Diretoria da agência reguladora aprovou compra de até 20% do volume necessário para mistura com óleo diesel

Por epbr 23 de novembro de 2023 Em Biocombustíveis, Política energética



A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) regulamentou nesta quinta-feira (23/11) a importação de biodiesel para uso na mistura obrigatória ao óleo diesel.

As distribuidoras vão poder importar até 20% do volume necessário para a mistura, de acordo com a resolução aprovada, que altera as resoluções ANP nº 777/2019 e nº 857/2021.

“A liberalização das importações de biodiesel pelo Brasil poderá dar acesso ao produto no mercado internacional, com diferentes origens alternativas, trazendo potenciais benefícios aos consumidores brasileiros”, afirmou a agência em nota.

Até então, a importação de biodiesel só era permitida para usos experimentais e de consumo próprio, mas não para atender a mistura obrigatória de 12% ao óleo diesel.

Reação dos produtores

A Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) criticou a decisão da ANP e disse que “coloca em risco toda a estratégia” de desenvolvimento do setor.

“A decisão da Diretoria Colegiada da ANP de regulamentar a importação de biodiesel até 20% da demanda a partir de abril de 2024 coloca em risco toda a estratégia de investimento e recuperação do emprego na cadeia, que envolve a produção nacional do biocombustível”, afirmou em nota a associação, pontuando que a capacidade ociosa do setor ainda está próxima de 50%, em razão da “quebra da previsibilidade de aumento da mistura”.

A Aprobio afirmou ainda que o produto estrangeiro não tem a mesma qualidade do nacional.

“O produto importado, muitas vezes subsidiado, gera emprego no exterior, não atende aos mesmos requisitos de produção nacional e impacta a agricultura familiar beneficiada pelo Selo Biocombustível Social. O setor não é contra a abertura do mercado, mas entende que isso deve acontecer em igualdade de condições. Esperamos que a decisão seja revertida na próxima reunião do CNPE.”

A medida da ANP segue diretriz do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que determinou, na Resolução CNPE nº 14/2020, que a agência regulamentasse a importação desse produto.

A resolução aprovada hoje irá alterar pontualmente a Resolução ANP nº 777/2019, que, em seu art. 15, § 2º, limitava a comercialização do biodiesel importado apenas para fins de consumo próprio do

adquirente ou para uso experimental autorizado pela Agência; e a Resolução ANP nº 857/2021, para inserir o agente de comércio exterior na prática de comercialização do biodiesel por spot market, e retirar a limitação da comercialização do biodiesel importado com a exclusão do §3º do art. 1º.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/11/2023

ANP APROVA ESTUDO PARA APOIAR REGULAÇÃO DA CAPTURA DE CARBONO

Diretoria da agência reguladora deu aval nesta quinta-feira (23/11) à elaboração de estudo regulatório sobre CCUS

Por brepbr 23 de novembro de 2023 Em Política energética, Transição energética

A diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) aprovou nesta quinta-feira (23/11) a elaboração de um estudo regulatório sobre a atividade de captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS).

O levantamento foi citado pelo superintendente de Tecnologia e Meio Ambiente, Raphael Moura, na quarta-feira (22/11) durante o painel “Iniciativas para a descarbonização no pré-sal” durante o 6º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo, no Rio de Janeiro

“Estamos atentos às lições aprendidas [em outros países] e à aceleração dos processos regulatórios que permitirão a implementação dessas indústrias no Brasil”, disse Moura.

O estudo tem prazo de 120 dias e vai mapear as áreas técnicas e regulações da ANP envolvidas para identificar a necessidade de alterações ou novos dispositivos.

Projetos no Congresso

Há diferentes projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que além de delegar a competência para a agência, podem criar regimes de exploração da atividade.

Um dos textos é o PL 145/2022, de autoria do ex-senador e atual presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. O texto foi aprovado em agosto pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal.

“A ANP procura se antecipar ao marco legal, reconhecendo a importância do tema para a descarbonização da indústria e a necessidade de adotar medidas para recepcionar a atividade no arcabouço regulatório da agência”, afirmou a ANP em nota.

Outra proposta legislativa é o Combustível do Futuro, entregue pelo governo federal ao Congresso em setembro. O projeto de lei traz um marco da captura e estocagem geológica em CO2 que atribui à ANP a regulação da atividade e o papel de autorizar os agentes interessados em explorar esse negócio.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/11/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

BARROSO, GILMAR E MORAES CRITICAM SENADO APÓS APROVAÇÃO DE PEC QUE LIMITA PODER DA CORTE: ‘STF NÃO ADMITE INTIMIDAÇÕES’, DIZ DECANO

Ministros rebateram proposta limita decisões individuais do tribunal

Por Daniel Gullino — Brasília



**Ministros do Supremo se manifestam sobre PEC —
Foto: Editoria de Arte**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o decano da Corte, Gilmar Mendes, e o ministro Alexandre de Moraes criticaram nesta quinta-feira a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada na quarta-feira no Senado que altera o funcionamento do tribunal e limita seus poderes. As declarações foram feitas durante sessão do STF.

De acordo com Barroso, a Corte "não vê razão" para mudanças em seu funcionamento. O presidente do STF também afirmou que há temas "importantes e urgentes" que deveriam estar sendo debatidas no lugar.

— Nesse espírito de diálogo institucional, o Supremo Tribunal Federal não vê razão para mudanças constitucionais que visem a alterar as regras de seu funcionamento. Num país que tem demandas importantes e urgentes, que vão do avanço do crime organizado à mudança climática que impactam a vida de milhões de pessoas, nada sugere que os problemas prioritários do Brasil estejam no Supremo Tribunal Federal — afirmou Barroso, no início da sessão.

Gilmar, por sua vez, afirmou que recebeu "recados" de que a PEC aprovada seria um "mal menor", para impedir outras propostas mais graves ou mesmo um processo de impeachment. Para o ministro, isso é uma "ameaça" que não será aceita.

— É preciso altivez para rechaçar esse tipo de ameaça de maneira muito claro. Esta Casa não é composta por covardes. Esta Casa não é composta por medrosos. Cumpre dizê-lo com a serenidade, mas com firmeza, e com o desassombro que este tipo de investida exige de todos nós, membros desta Casa mult centenária. Este Supremo Tribunal Federal não admite intimidações.

Moraes afirmou que a discussão de um aprimoramento das instituições não pode ser confundida com "insinuações, intimidações e ataques" à independência do Judiciário.

— A discussão de ideias, o aprimoramento das instituições, são importantes instrumentos da democracia. Mas não quando escondem insinuações, intimidações e ataques à independência do Poder Judiciário. E principalmente a independência deste Supremo Tribunal Federal.

Medida inconstitucional

Gilmar afirmou, em seu discurso, que a PEC seria inconstitucional por desrespeitar a separação de Poderes.

— Pontua que a separação de poderes é cláusula pétrea, e não pode ser objeto de emenda constitucional que busque aviltá-la, sob pena de clara violação do pressuposto básico do exercício de um dos Poderes da República.

Moraes também reforçou essa avaliação:

— A Constituição garantiu a independência do Poder Judiciário proibindo qualquer alteração constitucional que desrespeite essa independência e desrespeite a separação de Poderes.

O decano também afirmou que, caso estivesse em vigor, a PEC teria impedido que o STF agisse contra o que chamou de "políticas públicas altamente lesivas" do governo de Jair Bolsonaro (PL).

— É necessário ter em perspectiva que caso a proposta que limita as decisões democráticas já estivesse em vigor, o tribunal teria sido impedido de interromper políticas públicas altamente lesivas

para a sociedade. É o caso da política armamentista do governo anterior, da abertura indiscriminada do comércio no auge da pandemia e do estímulo a tratamentos ineficazes de combate ao vírus.

Os três ministros também lembraram os atos do 8 de janeiro. O presidente da Corte pontuou que “após esses ataques verbais e físicos, o Tribunal vê com preocupação avanços legislativos sobre sua atuação”.

Barroso cita risco de ‘erosão das instituições’

Em sua fala, Barroso acrescentou que é “inevitável” que o STF desagrade determinados segmentos, porque tribunais independentes não disputam “torneios de simpatia”. O ministro alertou, no entanto, que “não há institucionalidade que resista” se todos os órgãos que se sentirem contrariados por decisões da Corte quiserem promover alterações no funcionamento.

— Interpretar a Constituição é fazer a coisa certa, mesmo quando haja insatisfações. Porque assim é, não há institucionalidade que resista se cada setor que se sentir contrariado por decisões do Tribunal quiser mudar a estrutura e funcionamento do Tribunal. Não se sacrificam instituições no altar das conveniências políticas.

O presidente do STF também afirmou que, em outros países, mudanças nas supremas cortes antecederam a “erosão das instituições”.

— O Supremo Tribunal Federal cumpriu o seu papel e serviu bem ao país. Não há porque alterar o que vem funcionando bem. E cumpre lembrar: em todos os países que, recentemente, viveram o retrocesso democrático, a erosão das instituições começou por mudanças nas supremas cortes. Os antecedentes não são bons.

Principais pontos da PEC

A PEC veda decisões individuais que suspendam "ato do Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados ou do Presidente do Congresso Nacional".

A proposta prevê apenas uma exceção, que é quando o Judiciário estiver de recesso. Ainda assim, a decisão monocrática precisará ser confirmada em plenário em até 30 dias corridos. A medida entra em vigor 180 dias após ser promulgada.

Ela tem eficácia inclusive sobre decisões monocráticas tomadas antes da promulgação, mas que durante o prazo de vigência estejam pendentes de análise do plenário.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/11/2023

PETROBRAS NÃO VAI BAIXAR PREÇO DA GASOLINA 'POR ENQUANTO', DIZEM FONTES

Importação de combustíveis, incerteza em torno da guerra entre Israel e Hamas e reunião da Opep pesam na decisão. Assunto foi tratado em reunião em Brasília com representantes da empresa e do governo

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro

Preço dos combustíveis não deve subir os próximos dias — Foto: Banco de imagens

Na reunião entre a Petrobras e o governo realizada nesta quinta-feira em Brasília, ficou decidido que a



companhia "por enquanto" não vai baixar o preço dos combustíveis, de acordo com fontes que estiveram presentes no encontro.

A decisão ocorreu após o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ter cobrado na sexta-feira passada uma redução nos preços da estatal, o que desagradou a integrantes da diretoria da Petrobras e do próprio conselho. Após cobrança de Silveira, presidente da Petrobras sobe o tom: 'Não faz sentido agir por impulso', afirmou.

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, apresentou os dados da companhia. Após os debates houve um entendimento de que é melhor esperar os próximos dias para evitar muitas flutuações nos preços internos.

A preocupação envolve a necessidade de importação de combustíveis do Brasil, as incertezas em torno da guerra entre Israel e o Hamas, além da próxima reunião da Opep, cartel que reúne os maiores produtores do mundo.

Há duas semanas, a estatal já havia avaliado uma possível redução no preço dos combustíveis com a queda no preço do petróleo no mercado internacional.

O tema chegou a ser abordado em uma reunião em Brasília com a presença do próprio Silveira, que já sabia das intenções da estatal há duas semanas. Mas as declarações do ministro acabaram, na avaliação de fontes, gerando um ruído desnecessário.

No fim de semana, Prates fez uma série de posts em uma rede social criticando as declarações do ministro.

A última queda realizada no preço da gasolina pela Petrobras nas refinarias foi no último dia 21 de outubro: passou de R\$ 2,93 para R\$ 2,81. Na ocasião, o valor do litro do diesel subiu de R\$ 3,80 para R\$ 4,05.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/11/2023

ECONOMISTAS RECOMENDAM REFORMAS E MELHORA NA GESTÃO DE RECURSOS PARA REVERTER O DÉFICIT

Tecnologia pode ser aliada do governo para aumentar eficiência de gastos com rapidez, diz economista

Por Luciana Casemiro



Esplanada dos Ministérios, em Brasília: eficiência de gastos é caminho para reverter o déficit das contas públicas — Foto: Brenno Carvalho

O governo aumentou a sua projeção para o déficit das contas públicas este ano para R\$ 177 bilhões. O número representa 1,7% do PIB, ou seja, de todas as riquezas produzidas no país. O percentual é menor do que previa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023, que tinha uma estimativa de 2%. Mas é bem maior do que o ministro Fernando Haddad estimava no início deste ano de 0,5%.

O economista Robson Gonçalves, professor de MBAs da FGV, diz que é normal que todos os governos comecem com uma expectativa de déficit menor e ir ajustando. Ele explica que apesar da economia ter crescido mais do que se esperava a princípio, o que puxou esse crescimento foi o setor de serviços prestados às famílias que não é forte em arrecadação.



A questão, pondera ele, não é só o crescimento da economia, mas a qualidade desse crescimento.

Na avaliação de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryot Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), a piora do déficit é resultado de uma combinação de fatores. A premissa otimista do PIB projetada pelo governo pode ser o primeiro deles. O desempenho de arrecadação, no entanto, não foi menor apenas nas estimativas do governo, o mercado também previa dados melhores.

Uma parte dessa frustração, diz Barros, é fruto do uso de crédito tributário para abater tributos como Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a Contribuição sobre Lucro Líquido, PIS e Cofins. Efeito das benesses distribuídas pelo sistema tributário nos últimos anos e que o mercado tem muita dificuldade de estimar, diante da falta de transparência da Receita com esses dados.

Soma-se ainda a perda de fôlego da economia à redução do preço dos commodities, por conta do cenário internacional.

Para a arrecadação, a desaceleração da inflação nos últimos 12 meses também não exatamente boa notícia. Afinal, explica, se o imposto é pago a partir do valor daquele produto, se o preço cai, a arrecadação também cai.

Gonçalves destaca, no entanto, que até aqui o ajuste fiscal proposto pelo governo Lula é receita dependente. Ou seja, só será fechado com desempenho favorável se houver uma melhora na arrecadação. O esforço do ministro Haddad em aprovar medidas que fecham os ralos de escapes tributários, diz o professor, é uma comprovação dessa dependência.

Na sua avaliação, a proposta de fechar ralos e estabelecer uma meta fiscal de déficit zero é razoável para 2024. Mas, na sua visão, a pretensão do governo deveria ser recuperar o déficit primário, um dever de casa que o presidente Lula fez bem nos seus primeiros mandatos, mas que o Brasil perdeu sob o comando de Dilma e não conseguiu recuperar mais.

Para tanto, diz o professor, uma medida essencial seria a Reforma Administrativa. Ele lembra que o gasto com pessoal representa 20% das despesas do governo e destaca que, a despeito que professores, enfermeiros e outros servidores recebam baixos salários, há uma elite do funcionalismo público, com ganhos muito acima da média da iniciativa privada. Nesse aspecto, aponta, o governo é um gerador de desigualdade:

- O gasto do governo com a folha salarial é socialmente injusto e economicamente insustentável.

Barros também defende a reforma administrativa como medida essencial para melhora nas contas públicas. Ele acrescenta que a melhora nos resultados não passa necessariamente por corte de despesas, mas pela maior eficiência de gastos.

Nessa direção, o economista defende a centralização das políticas sociais, de forma a evitar sobreposição de benefícios, o cruzamento de dados para identificar irregularidades em programas como Bolso Família. Ele lembra que a ministra Simone Tebet começou a passar esse pente-fino, mas que o avanço tem sido lento.

Para mostrar o potencial desse tipo de medida, Barros lembra que colocando uma lupa apenas nos gastos com auxílio-doença, o governo Temer conseguiu uma economia de nada menos que R\$ 18 bilhões em 12 meses.

Eficiência nos investimentos também é outro caminho apontado pelo economista. Ele destaca o estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) que mostra que o problema do investimento não se concentra na falta de recursos, mas em projetos base mal feitos, que levam à interrupção de obras, aumento de custos e impactos ambientais não planejados.

-O ajuste fiscal não será feito sem mix de medidas que visam a receitas e os gastos. E hoje, com tantos recursos tecnológicos, big datas que permitem a avaliação rápida de milhares de dados, pode-se com inteligência rapidamente melhorar a eficiência do gasto. Se isso acontecer melhora a perspectiva que o mercado tem do governo, conseqüentemente possibilita uma curva maior de corte de juros e um crescimento potencial do PIB maior. Isso só se falando em eficiência, veja que não falamos de corte de gastos - diz Barros, da Ryot Asset.

Gonçalves, professor da FGV, não sabe se o governo terá força política na tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para conter o viés gastador do Legislativo, que tradicionalmente não tem o mesmo compromisso fiscal que o Executivo. Isso preocupa, avalia, diante da base fluída do governo no Congresso.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/11/2023

GOVERNADORES CULPAM REFORMA TRIBUTÁRIA POR QUEDA DE ARRECADAÇÃO PROVOCADA POR MEDIDA ELEITOREIRA DE BOLSONARO

Novo sistema de impostos não foi sequer aprovado e só entrará em vigor em 2030

Por *O Globo - RJ*



Governadores do Sul e do Sudeste, com Cláudio Castro ao microfone, durante evento em março: em nota conjunta governadores culpam Reforma Tributária por elevação de alíquota do ICMS — Foto: Divulgação/Governo do Estado do Rio de Janeiro

Os governadores estão correndo para elevar a alíquota padrão do ICMS para garantir um aumento na arrecadação do ano que vem. Os do Sul e Sudeste culpam a Reforma Tributária pela queda de receita. Hoje o jornal Estado de São Paulo fez um editorial e usou uma expressão boa, simples, que todo mundo

entende: desculpa esfarrapada.

Seis governadores do Sul e do Sudeste anunciaram ontem aumento de ICMS. Mas, desde o ano passado, já chegam a 23 os estados que elevaram a alíquota do imposto.

Qual é a origem dessa dificuldade fiscal? É fato que no ano passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro promoveu, junto com o ministro Paulo Guedes, a aprovação de medidas que limitaram a alíquota do ICMS para derrubar os preços no contexto eleitoral. Isso levou os estados a perderem a arrecadação fortemente.

Na época, no entanto, os governadores que estavam correndo atrás da reeleição não brigaram o suficiente contra a medida por não querer desagradar seus eleitores e colocar em risco a eleição. Afinal todo mundo quer pagar gasolina mais barata, diesel, ter uma alíquota menor para a energia.

Essa conta, aliás, está sendo paga em parte pelo atual governo que reconheceu as perdas impostas aos estados e está pagando uma compensação pela limitação da alíquota feita na gestão Bolsonaro. Esse custo é um dos que pesam no déficit estimado para este ano, que teve a previsão ampliada ontem pelo Ministério do Planejamento para R\$ 177 bilhões.

Os estados do Sul e do Sudeste, de fato, perderam receita, mas aí vem a desculpa esfarrapada: ao aumentar o ICMS os governadores divulgaram uma nota dizendo que a culpa pela alta do imposto é da Reforma Tributária que sequer entrou em vigor e que só terá efeito em 2030, quando eles já nem serão mais governadores. Então como a culpa é da Reforma Tributária?

Essa é sim uma manobra para não arcar com o custo político da elevação do imposto com os seus contribuintes. O correto seria admitir o problema e explicar a origem, as decisões populistas do governo Bolsonaro no ano passado.

Há dificuldades várias em cada estado por razões diversas. Minas Gerais, por exemplo, está em crise porque o governador Romeu Zema decidiu não pagar a dívida que tem com o governo federal, como isso resolvesse o problema fiscal do estado. Entrou na Justiça, conseguiu liminar e o resultado, como qualquer devedor sabe, é que os juros pelo não pagamento se acumulam deteriorando ainda mais a situação mineira.

O certo é que cada estado tem que olhar para seus próprios erros, verificar onde está o desequilíbrio de gastos e não se limitar a repassar a conta para o contribuinte aumentando as alíquotas de ICMS e culpar a Reforma Tributária, que sequer foi aprovada. O texto voltou à Câmara após a aprovação no Senado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/11/2023

PETROBRAS: SOB PRESSÃO DO PLANALTO, CONSELHO SE REÚNE HOJE PARA APROVAR NOVO PLANO DE INVESTIMENTOS. VEJA O QUE DEVE MUDAR

Plano de investimentos deve prever projetos em torno de US\$ 100 bilhões. Governo pressiona estatal para aumentar e acelerar projetos, como a encomenda de novas plataformas

Por Bruno Rosa

O Conselho de Administração da Petrobras se reúne hoje para aprovar o novo plano de negócios da estatal para os anos de 2024 e 2028. A expectativa é que sejam previstos investimentos em torno de US\$ 100 bilhões (R\$ 490,7 bilhões) em novos projetos de petróleo, gás, refino e fontes renováveis.

Será um volume de aportes maior que o do plano de negócios em vigor atualmente, de US\$ 78 bilhões (R\$ 382,7 bilhões) para o período 2023/2027.

O que se sabe até agora do plano:

- Será determinado um volume de recursos por segmento, como solar, hidrogênio, eólica em terra e eólica offshore, por exemplo;
- As fontes renováveis vão ter 7% dos investimentos no novo plano. A meta é aumentar para até 15% do total ao longo dos próximos anos;
- O plano terá uma espécie de "banco de reserva", já que, se um projeto for cancelado ou adiado, há outras opções em substituição;
- Vai apresentar a volta da companhia ao segmento de fertilizantes;
- Encomenda de novos navios;
- Aposta em biocombustíveis, petroquímica e ampliação de refinarias;
- Busca de oportunidades no exterior

A discussão em torno do novo plano estratégico é um dos pontos de atrito entre a diretoria da estatal e parte do colegiado, conforme revelou O GLOBO.



Desde a semana passada, Silveira e Prates trocam farpas sobre o preço dos combustíveis. Os ministros e o presidente da Petrobras estiveram reunidos anteontem com o presidente Lula, e Prates saiu da reunião afirmando que o tema principal da conversa foram os investimentos do novo plano de negócios. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também participou.

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates: ruzgas em torno dos

combustíveis — Foto: Edilson Rodrigues e Roque de Sá / Agência Senado

Os ministros e o presidente cobram de Prates a redução no preço de combustíveis e a aceleração no plano de negócios da encomenda de plataformas para incentivar a retomada de empregos em estaleiros no Brasil, informou Malu Gaspar. Silveira e Costa articulam até a substituição de Prates, enquanto o presidente da Petrobras tenta atrair o apoio dos conselheiros minoritários.

Segundo fontes na estatal, representantes indicados pelo próprio governo para o conselho (a União, como acionista majoritária tem seis das 11 cadeiras) chegaram a questionar as apostas da atual direção executiva da empresa, liderada por Prates, em aportar recursos nas fontes de energia renováveis.

Há críticas envolvendo, sobretudo, as apostas em projetos de transição energética, como hidrogênio e energia eólica offshore (em alto-mar). Nos últimos meses, a estatal assinou acordos de intenção com outras companhias do setor para investir em diversas fontes de energia limpa.

Chegou-se a cogitar ainda que até mesmo a análise de qualquer projeto renovável passasse pelo aval do conselho, o que foi descartado em uma reunião recente.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/11/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO ELEVA BLOQUEIO DE DESPESAS A R\$ 5 BI EM 2023 E AUMENTA PROJEÇÃO DE DÉFICIT PARA R\$ 177,4 BI

Valor do déficit, porém, é ainda mais elevado se for considerada a metodologia do Banco Central; secretário do Tesouro diz que 'nada muda' sobre meta de zerar déficit em 2024

Por Bianca Lima, Fernanda Trisotto, Amanda Pupo e Eduardo Rodrigues

BRASÍLIA - Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram nesta quarta-feira, 22, um novo bloqueio adicional de R\$ 1,1 bilhão em despesas no Orçamento deste ano. Com isso, o contingenciamento de despesas em 2023 para o cumprimento do teto de gastos passou para R\$ 5 bilhões. A equipe econômica também ampliou em R\$ 36 bilhões a estimativa de rombo nas contas públicas em 2023.

A previsão de déficit chegou a R\$ 177,4 bilhões, o equivalente a 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo cálculos do Tesouro Nacional. A previsão anterior, de setembro, previa que as despesas superariam as receitas, sem considerar os gastos com juros, em R\$ 141,4 bilhões (1,3% do PIB).

O valor do déficit, porém, é ainda mais elevado se for considerada a metodologia do Banco Central (BC), que é a usada para aferir a meta fiscal. Nesse caso, o rombo previsto é de R\$ 203,4 bilhões, o equivalente a 1,9% do PIB – apenas R\$ 10,2 bilhões abaixo da meta prevista para este ano e quase o dobro do patamar almejado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad – que chegou a projetar déficit de 1% do PIB.



Fernando Haddad (à direita), é o ministro da Fazenda, enquanto Simone Tebet (à esquerda) é a titular da pasta do Planejamento Foto: Diogo Zacarias/ME

Divergência

O Banco Central, que é responsável por consolidar o resultado das contas públicas, já havia informado que



não consideraria as receitas de exercícios anteriores ou privatizações para o resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida) – é o caso das contas do Pis/Pasep e os recursos oriundos da venda da Copel, que somam R\$ 26 bilhões.

“Temos uma divergência técnica. Foram levantados R\$ 26 bilhões que foram contabilizados como ‘acima da linha’ pelo Tesouro e o Banco Central entende que seria ‘abaixo da linha’. Não tem efeito prático”, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Segundo ele, a metodologia do BC remonta à época da hiperinflação, quando o governo não tinha condições de calcular as receitas e despesas. “Isso não é o que há de mais moderno”, disse.

Receitas e despesas

Segundo a equipe econômica, a piora no resultado foi puxada por diversos fatores. No caso das receitas, a incerteza em relação a futuros depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal e a menor inflação influenciaram o resultado.

“São R\$ 12,6 bilhões relativos a depósitos judiciais da Caixa, que podem não ocorrer esse ano. Foi mais prudente retirar do relatório”, disse o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos.

Outros R\$ 9 bilhões estão relacionados a tributos federais afetados pela redução da inflação. Do lado das despesas, o aumento foi puxado pelas compensações a Estados e municípios por perdas do ICMS e dos fundos de participação e recomposição do piso da Saúde, que acarretará um aumento de gastos de R\$ 4,3 bilhões.

2024

Apesar das surpresas negativas em 2023, o secretário do Tesouro afirmou que “nada muda” sobre o compromisso da equipe de zerar o déficit em 2024. Ele ainda ponderou que alguns dos fatores que pioraram o resultado deste ano irão retirar pressão sobre 2024.

“Aumentei [a pressão] em R\$ 20 bilhões para 2023, mas retiro essa pressão em 2024”, ressaltou ele, referindo-se a R\$ 9 bi de receita em depósitos judiciais que foi jogada para o ano que vem e R\$10 bi da compensação do ICMS, parcela que foi antecipada de 2024 e será paga em 2023.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/11/2023

GOVERNO RECUA E SUSPENDE TEMPORARIAMENTE PORTARIA QUE RESTRINGE TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que texto será revisado e passará a valer em março do ano que vem; por enquanto, vale a portaria de 2021

Por Francisco Carlos de Assis

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, decidiu suspender, temporariamente, a portaria que restringia o trabalho aos domingos e feriados, publicada na segunda-feira. A medida permitia o trabalho nessas datas nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal.

A nova regra alterava a portaria de 2021 que liberava de forma permanente o trabalho nesses dias para 14 categorias do comércio.

Segundo o ministro, um grupo será formado para discutir e refazer o texto da portaria, que voltará a valer a partir de março do ano que vem. Até lá, vale a portaria de 2021, que facilitava o trabalho de comércios aos domingos e feriados e que dispensava convenção coletiva ou lei municipal para permitir o trabalho nesses dias.

Na avaliação de Marinho, houve muita desinformação em relação à portaria, cujo objetivo era apenas discutir o funcionamento do comércio aos domingos. “O intuito é valorizar o espírito da negociação coletiva, de dizer que o funcionamento aos domingos tem de ser negociado”, afirmou o ministro. “Estamos falando de funcionamento do comércio aos domingos e feriados, só isso”, disse ele, em tom de indignação.



Ministro do Trabalho, Luiz Marinho Foto: WILTON JUNIOR

Ele chegou a ironizar a agilidade da Câmara dos Deputados, que na noite de terça-feira, 21, aprovou a urgência do texto, para poder ser votado diretamente no plenário, sem a necessidade de passar por comissões.

O ministro questionou a razão de os trabalhadores não terem arguido a inconstitucionalidade da portaria anterior. Para ele, a reação das lideranças do comércio se deu pela deturpação da portaria. Disse também ter achado estranho

a agilidade dos deputados em sustar a portaria quando demandas importantes da sociedade demoram para serem atendidas.

O recuo de Marinho ocorreu após forte reação de empresários representados pela Frente Parlamentar de Comércio e Serviços. Mais cedo, antes da coletiva do ministro, o presidente da frente, deputado Domingos Sávio (PL-MG), deu um ultimato ao governo: “Vota hoje. Se não revogar, a nossa disposição é votar hoje”, afirmou o parlamentar, referindo-se ao projeto de decreto legislativo (PDL) que derruba os efeitos da portaria.

O deputado Luiz Gastão (PSD-CE), autor do projeto que ganhou urgência na tramitação, disse que não é contrário à negociação com os sindicatos, mas que ela precisa ser “correta e justa para todos os lados”. “Não podemos pegar um ano extremamente difícil para o comércio, de vendas em queda, na época em que mais se necessita melhorar as vendas, e se criar um conflito entre classes”, afirmou.

Entidades nacionais representativas dos empresários e dos trabalhadores se reuniram nesta quarta-feira, 22, com o ministro Luiz Marinho para tratar das questões relacionadas ao trabalho aos domingos e feriados. O movimento é uma reação à extinção da portaria 3665/23 que proibia o trabalho nesses dias, aprovada ontem, em regime de urgência, pela Câmara dos Deputados, por 301 votos favoráveis e 131 contrários.

O grupo solicitou ao ministro a instalação imediata de uma Mesa Nacional de Negociação do Plano do Comércio para a construção de soluções que tratem das questões de interesse dos trabalhadores e das empresas, com segurança jurídica e considerando a diversidade de situações presentes nesse segmento econômico e laboral.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/11/2023

FAZENDA E CÂMARA REBATEM PROPOSTA DOS ESTADOS DE AUMENTAR ICMS COMO ‘PRECAUÇÃO’ À REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica considera que estratégia usada pelos Estados é uma forma de evitar o custo de político de patrocinar o aumento do imposto estadual num momento de aperto da arrecadação; relator na Câmara fala em ‘ilação’ a vinculação do aumento do ICMS à reforma tributária

Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA – O Ministério da Fazenda e a Câmara reagiram à decisão de vários governadores de propor o aumento da alíquota-padrão do ICMS com a justificativa de que vão perder arrecadação com a aprovação da reforma tributária.



Aguinaldo Ribeiro se reuniu com Haddad e, depois, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o problema. Foto: Pedro Kirilos/Estadão

Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou uma nota se posicionando contra essa narrativa, o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), convocou uma entrevista coletiva para rebater os Estados.

Ele classificou de “ilação” qualquer vinculação de aumento do ICMS à reforma. Ribeiro se reuniu com Haddad e, depois, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o problema, mas não confirmou informação de que poderia suprimir do texto da reforma o prazo fixado como parâmetro para a definição da compensação de perdas de arrecadação com a reforma.

Os Estados estão justificando o aumento para elevar a sua parcela nesse bolo de arrecadação durante esse período. O prazo é essencial como parâmetro para a definição de eventuais perdas de arrecadação de Estados e municípios (leia mais abaixo).

O temor que entrou no radar é de que os parlamentares dificultem a votação para não serem acusados de estarem carimbando indiretamente a elevação da carga tributária. Com tantos temas na mesa de negociação nessa reta final de votação do Congresso, esse foi o tema mais comentado nos bastidores do Congresso nesta quarta-feira, porque o aumento de impostos afeta diretamente a vida das pessoas e empresas e bate na inflação.

Como mostrou o Estadão, o movimento de aumento das alíquotas cresceu com iniciativa de seis governadores do Sul e do Sudeste que, na noite de segunda-feira, divulgaram comunicado sinalizando que também vão pedir aumento nas alíquotas.

O objetivo, segundo o comunicado, é “recompor a tributação estadual no curto prazo e neutralizar as perdas potenciais com a futura distribuição do produto arrecadado com o IBS (o Imposto sobre Bens e Serviços, que vai substituir o ICMS e o ISS)”.

Os Estados do Centro-Oeste também deverão fazer o mesmo, seguindo também os governos estaduais do Nordeste que já o fizeram. O último movimento foi na tarde da terça-feira, quando a Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou um aumento na alíquota de 20% para 22%. Foi a segunda elevação no Estado: a primeira ocorreu em 2022.

Divisão do bolo

O texto da reforma determina que a maior parte da receita do IBS de Estados e municípios será proporcional à média da arrecadação entre 2024 e 2028. Portanto, quem arrecadar mais no período, vai ter mais recursos no futuro. Para contestar esse argumento, Aguinaldo Ribeiro ponderou que, se todos os Estados aumentarem as suas alíquotas, a divisão seguirá a mesma.

Governadores e secretários de Fazenda dos Estados foram acionados numa comunicação intensa. A pergunta que tem sido feita nos bastidores é: por que o governador atual iria correr o desgaste político de aumentar imediatamente a alíquota do ICMS para poder preservar a arrecadação de outro governador que vai estar no cargo em 2033, quando a reforma passa a vigorar integralmente?

Pelo texto da reforma, o Estado que se sentir prejudicado poderá ajustar a alíquota. Segundo o Comsefaz, comitê que reúne secretários estaduais de Fazenda, 17 governadores já elevaram as alíquotas em 2022. Os analistas do mercado acompanham esse movimento com atenção, por conta do impacto na alta dos preços.

Nota da Fazenda



Na nota divulgada, o Ministério da Fazenda diz que a proposta não contribui para a elevação das atuais alíquotas do ICMS, como alguns Estados vêm argumentando. Para a Fazenda, essa futura divisão do IBS “não parece ser a razão para o aumento das alíquotas do ICMS neste momento”.

“A Reforma Tributária mantém a autonomia para os Estados fixarem a sua alíquota do IBS abaixo ou acima da alíquota de referência. Caso algum Estado julgue que sua arrecadação no período de 2024 a 2028 não reflete adequadamente sua participação histórica no total da arrecadação do ICMS, nada impede que ele eleve sua alíquota do IBS”, argumenta a Fazenda.

Na avaliação da pasta, a redução da alíquota do ICMS sobre energia elétrica, comunicações e combustíveis, em decorrência da Leis Complementares 194 e 192, aprovadas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, são o motivo para o movimento dos Estados.

“Essa, aliás, foi a razão apresentada por 17 estados que já elevaram suas alíquotas modais de ICMS desde o final de 2022, antes da publicação do relatório da PEC 45 contendo a referência ao período de 2024 a 2028”, diz a nota.

No mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou um projeto de lei que prevê uma compensação de R\$ 27 bilhões da União para os Estados e o Distrito Federal por conta da perda de arrecadação do ICMS no ano passado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 23/11/2023

DESONERAÇÃO DO BIODIESEL GEROU DEPENDÊNCIA DA SOJA E NÃO PROMOVEU DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Relatório do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas aponta que obrigatoriedade de mistura do biodiesel ao diesel ajudou o País a reduzir emissões, mas concentração da soja inviabilizou promoção da inclusão social

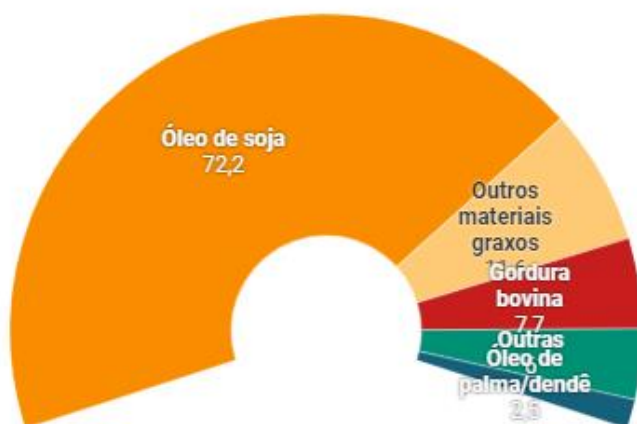
Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA – A política de desoneração do biodiesel do governo federal tem favorecido a produção de soja do País, sem diversificação das matérias-primas e nem aumento do número de agricultores familiares incluídos nesse mercado. É o que concluiu o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap) em relatório sobre essa medida, que só em 2022 custou R\$ 2,9 bilhões.

O relatório da avaliação, ao qual o Estadão teve acesso, está sendo divulgado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento às vésperas da próxima reunião da 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), que começa na próxima semana, em Dubai. Ele alerta que a dependência da soja traz desafios ao biodiesel no País.

Matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel

Participação em %; dados de 2021



(1) O termo 'Outros materiais graxos' contempla mistura de matérias-primas em tanque a reprocessamento de subprodutos gerados na produção de biodiesel. (2) O termo 'Outras' é o somatório das matérias-primas: gordura de frango, gordura de porco, óleo de algodão, óleo de colza/canola, óleo de fritura usado e óleo de milho.

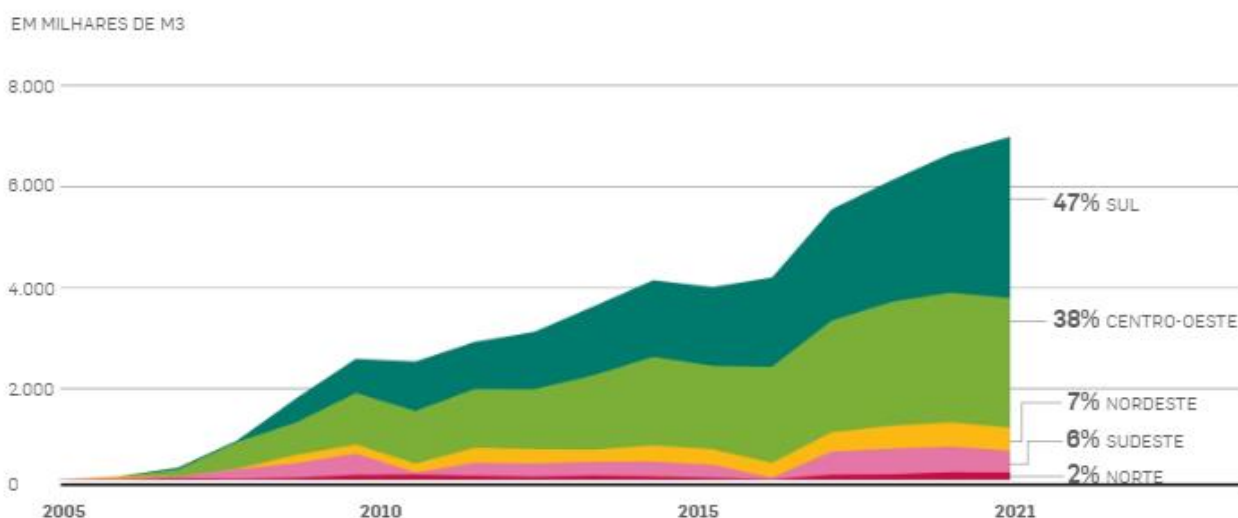
Gráfico: EstadãoFonte: Painel Dinâmico da ANP: Produtores de Biodiesel – Matérias-primasObter dadosCriado com Datawrapper

Na avaliação, a Cmap destaca que a obrigatoriedade de mistura do biodiesel ao diesel fóssil foi importante para ampliar a produção desse biocombustível, ajudando o País no desafio de cumprir compromissos ambientais de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) assumidos em Kyoto (1997) e reforçados, em 2015, no Acordo de Paris (2015).

Estudo de 2021 da Empresa de Pesquisa Energética indica que, sem o biodiesel, a concentração de partículas geradas pelo setor de transportes teria sido 4,8% maior apenas na região metropolitana de São Paulo.

A concentração da soja como principal-matéria prima, porém, inviabilizou a promoção da inclusão social e do desenvolvimento regional. Da produção total de biodiesel nacional, 85% vem das regiões Sul e Centro-Oeste.

Produção de biodiesel por região



Fonte: ANP/SPC CONFORME RESOLUÇÃO ANP Nº 729/2018

ESTADÃO

Essa dependência também é colocada em xeque pelo critério de segurança energética, pois há forte determinação do mercado internacional nos preços praticados. O relatório conclui ainda que há

dificuldades para rastrear a origem de matérias-primas, prejudicando a comprovação de práticas agrícolas sustentáveis.

A Política de Desoneração do Biodiesel foi criada em 2004 para incentivar a produção nacional e estabeleceu alíquotas reduzidas de contribuições para o PIS/Pasep e Cofins. A política também pretendia promover a inclusão social de produtores familiares e o desenvolvimento regional.

Um dos instrumentos para isso foi a criação do Selo Biocombustível Social (SBS), que permite ao produtor de biodiesel ter acesso a benefícios diferenciados, desde que atenda a determinadas contrapartidas. Entre elas, adquirir um percentual mínimo de matéria-prima de agricultores familiares, celebrar previamente contratos de compra e venda com esses agricultores ou suas cooperativas, além de assegurar preços mínimos, capacitação e assistência técnica.

Por utilizar como matéria-prima fontes como a soja, mamona, dendê, canola e girassol (dentre outras), o biodiesel é considerado um combustível biodegradável, de fontes renováveis. Ele pode substituir, total ou parcialmente, o diesel produzido a partir de petróleo em motores automotivos ou geradores de energia. Hoje, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, atrás apenas dos EUA.

Matriz energética brasileira

Participação em %; dados de 2021

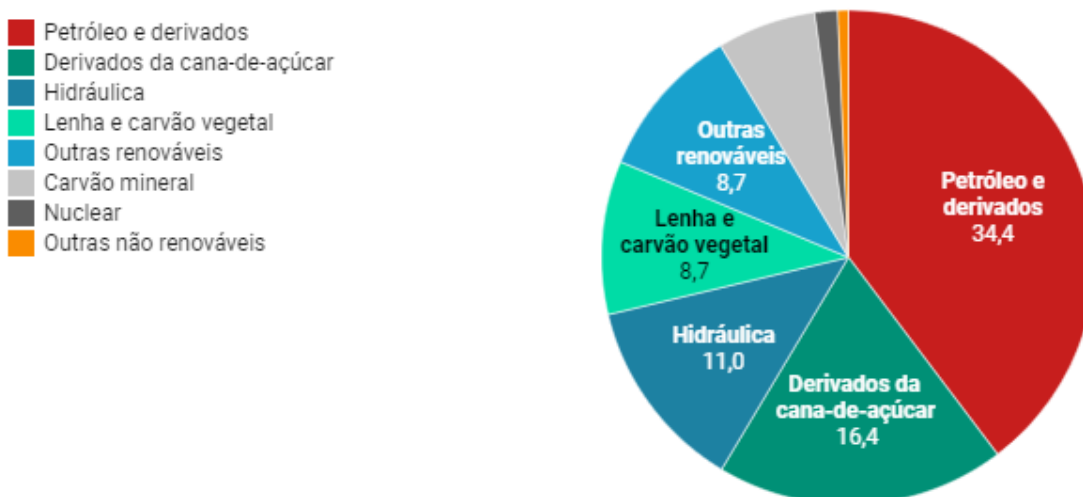


Gráfico: Estadão • Fonte: Balanço Energético Nacional (BEN), EPE, 2021, a partir de dados da Agência Internacional de Energia • Obter dados • Criado com [Datawrapper](#)

Dependência

Os técnicos do governo que fizeram a avaliação identificaram que concentração da soja na cadeia produtiva se deu porque o produto já contava com cadeias de produção e distribuição bem estruturadas, o que levou os produtores de biodiesel, em muitos casos, a se estabelecerem próximos aos polos produtores.

A dependência da variação do preço da soja no mercado internacional aumenta o risco de encarecimento do biodiesel em relação ao diesel, por fatores externos.

Com isso, a avaliação conclui que o critério de segurança energética é ameaçado “tanto pela volatilidade dos preços da soja quanto pela incerteza”, ressalta o relatório final. Essa dependência majoritária de uma commodity é verificada também em outros grandes produtores de biodiesel, caso dos Estados Unidos (soja), Alemanha (colza), Indonésia (palma) e Argentina (soja).

A secretária-adjunta de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento, Mirela de Carvalho, informou que o ciclo de avaliação do programa foi feito em 2022 e divulgado

agora. Segundo ela, a Receita projetou o custo da desoneração do biodiesel em R\$ 2,9 bilhões em 2022. Esse é o subsídio tributário que o governo banca para ter essa política.



Segundo Mirela de Carvalho, secretária-adjunta de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento, a Receita projetou o custo da desoneração do biodiesel em R\$ 2,9 bilhões em 2022. Foto: Washington Costa/MPO

Para destacar a importância da avaliação, a secretária ressalta que o setor de transportes foi o responsável por 45,4% das emissões totais de gases em 2019 e o diesel de origem fóssil continua sendo o combustível mais consumido no Brasil.

Sobre as soluções para os problemas, ela aponta que é preciso agora discutir com outros ministérios envolvidos com o tema as saídas para os problemas diante do diagnóstico feito.

O foco das avaliações é melhorar a eficiência do gasto público e corrigir rotas. O Ministério do Planejamento criou uma Secretária de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para dar “protagonismo” para essas avaliações que são feitas dentro do Executivo e fortalecer essa cultura nos órgãos públicos. As políticas são avaliadas em ciclos que podem durar até dois anos e escolhidas por meio de algoritmos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/11/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

CAIS DO VALONGO É REINAUGURADO APÓS INVESTIMENTO DE R\$ 2 MILHÕES DO BNDES

Local foi o principal porto de desembarque de escravizados no continente americano e estima-se que tenha sido a porta de entrada de cerca de 1 milhão de africanos no país

Por Regina Pimenta* e Caio Sartori, Valor — Rio



Reinauguração do Cais do Valongo — Foto: Beth Santos/Divulgação

O sítio arqueológico do Cais do Valongo, no centro do Rio, foi reinaugurado hoje. As obras de revitalização do espaço receberam financiamento de R\$ 2 milhões do BNDES, que participou da cerimônia com a Prefeitura do Rio e representantes da sociedade civil. O local foi o principal porto de desembarque de escravizados no continente americano e estima-se que tenha sido a porta de entrada de cerca de 1 milhão de africanos no país.

Localizado na área conhecida como Pequena África, que compreende uma parte da zona portuária habitada por pessoas escravizadas durante o século XIX, os vestígios do Cais do Valongo foram descobertos durante as obras do Porto Maravilha, em 2011. Em seguida, o espaço foi cadastrado como sítio arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco em 2017.

O projeto intitulado “Cais do Valongo: socialização e valorização do Sítio Arqueológico” realizou obras de valorização do bem, que incluíram a instalação de sinalização do local, módulo expositivo e substituição do guarda-corpo que já existia. Para Eduardo Paes, a entrega é a materialização do trabalho ao longo dos anos e evidencia o sucesso do plano de transformar aquela região, uma das principais bandeiras urbanísticas do prefeito.

“Estamos celebrando aqui um momento de consolidação de uma história que começou a ser descoberta há dez anos”, disse ele. “Enfrentou muita oposição. A gente não pode esquecer que muita gente se posicionou contra dizendo que ia ter gentrificação, que ia acontecer isso e aquilo. Agora vemos a transformação.”

Além de Paes e de representantes do comitê gestor do projeto, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, participou da cerimônia – e, como tem sido habitual em agendas com o prefeito, vestiu um chapéu panamá. Essa fase das obras foi patrocinada pela empresa chinesa State Grid Brazil Holding, com financiamento do banco estatal brasileiro. O Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) e a embaixada dos Estados Unidos também fizeram parte da revitalização.

No Valongo, Mercadante anunciou as instituições selecionadas para o Edital Viva Pequena África, que receberão R\$ 10 milhões para a execução de projetos culturais e de valorização do povo negro. “Estamos profundamente comprometidos com esse projeto”, disse o presidente. “Um milhão de pessoas passaram aqui acorrentadas, longe das suas famílias, e essa memória não pode ser esquecida. Numa sociedade que ainda é estruturalmente racista, precisamos fazer esse enfrentamento.”

A iniciativa se insere em um plano mais amplo de financiamento do BNDES para o território. Ao lado do sítio arqueológico, está prevista ainda a inauguração de um museu voltado para a história da população negra no país. O espaço, que tende a ficar pronto em 2026, será montado dentro de um prédio já existente, que foi idealizado pelo engenheiro negro e abolicionista André Rebouças (1838-1898).

Em um cenário historicamente hostil e de discriminação da população negra no país, valorizar espaços como o Cais do Valongo, que conta parte dessa história, marca a importante relação entre o Brasil e a África e ajuda a preservar a memória dentro e fora do Brasil, observou a coordenadora de cultura da Unesco, Isabel de Paula. “Esse dia é da maior importância do ponto de vista da Unesco”, afirmou.

“Estamos trabalhando conjuntamente para que essa memória não se perca.” *Sob supervisão de Caio Sartori

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/11/2023

BARGANHAS DE PASSAGENS AÉREAS SERÃO MAIS DIFÍCEIS, MESMO NA BLACK FRIDAY

Voar está mais caro, mas cenário tarifário não tem desanimado o mercado de viagens e o consumidor

Por Cristian Favaro e Maria Fernanda Salinet*, Valor — São Paulo



Barganhas de passagens aéreas serão mais difíceis, mesmo na Black Friday — Foto: Pixabay

Viajantes devem ter dificuldade de encontrar barganhas ao comprar passagens aéreas, mesmo com a temporada da Black Friday. Isso porque o cenário tarifário do setor continua apertado e a tendência é de alta nos preços, diante de cortes na oferta de assentos e subida do petróleo ante escalada das tensões



geopolíticas globais. Aéreas não deram muitas pistas sobre promoções, mas a sinalização de buscadores e agências é de que a demanda está forte mesmo com os preços mais salgados. Na Decolar, o número de buscas registrou alta de 51% na semana pré-Black Friday em comparação ao mesmo período do ano passado.

Um dos fatores a comprometer a queda dos preços é a redução da malha. Gol e Azul anunciaram ao mercado recentemente o corte nas suas projeções para este ano diante da menor oferta de aeronaves e também do cenário de alta para o petróleo.

Antes em crescimento, a demanda doméstica por transporte de passageiro (medida em RPK) em outubro teve uma redução de 3,9% na comparação com igual mês de 2019, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No total, foram transportados 7,8 milhões de passageiros, um aumento de 7,7% em relação a outubro de 2022, mas 7,5% abaixo do registrado antes da pandemia.

O lado internacional que surpreendeu ao superar o pré-pandemia pela primeira vez desde o caos sanitário (feito que apenas o doméstico havia registrado até meados do ano). Foram 1,9 milhão de passageiros internacionais no mês, alta de 2,3% contra outubro de 2019.

Voar está mais caro. O yield (preço médio pago pelo passageiro para voar um km) do setor atingiu 0,6138 em setembro de 2023, o mais alto dos últimos cinco anos. Já em relação a setembro de 2022, houve um aumento de 7%. De janeiro a agosto de 2023, as passagens que custavam acima de R\$ 1.500 na ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro somavam 5,9%. No mesmo período de 2019, os bilhetes acima de R\$ 1.500 representavam apenas 1,8%.

As maiores tarifas estão se convertendo a um melhor resultado operacional para as aéreas. Segundo levantamento do Valor Data, as margens operacionais das companhias Azul, Gol e Latam atingiram 19,5%, 17,7% e 12,2% (dólares), respectivamente, no terceiro trimestre de 2023. É o maior patamar desde o início da pandemia.

No entanto, o sócio da consultoria Bain & Company e especialista em aviação, André Castellini, disse que o custo da dívida das companhias está muito alto e isso tem prejudicado os balanços. O desafio das aéreas locais, contou, é refletido no preço das ações. “Hoje as empresas (Gol e Azul) valem 1/3 do que valiam antes da pandemia. O motivo é que elas não estão gerando caixa”, ressalta Castellini.

Castellini disse que a indústria tem mantido sinalizações de disciplina na oferta. “Nenhuma quer ganhar market share acima da outra. Elas sabem o risco de começar uma guerra de preços e desequilibrar a situação que existe hoje”, disse.

Gabriel Rezende, analista de transportes do Itaú BBA, explicou que os yields elevados da indústria estão sendo corroídos hoje por um custo de dívida muito mais caro de se carregar. “As aéreas (Gol e Azul) terminaram há pouco tempo seus processos de renegociação e algumas delas implicaram em custos um pouco maiores”, disse. Somados a um câmbio menos favorável ao setor e a escala geopolítica e seus efeitos sobre o petróleo, o cenário continua de alta para a tarifa – embora em uma velocidade menos acelerada do que em 2022. “O investidor ainda aborda o setor com cautela, mas a percepção melhorou substancialmente ao longo do ano. A gente sentiu um investidor mais disposto a voltar, gastar tempo e olhar para o setor”, disse.

A negociação de dívidas foi fundamental para postergar o período de amortização e dar mais fôlego as empresas — ao contrário de outros países, as aéreas daqui não tiveram subsídios e precisaram procurar recursos no mercado, e pagaram mais caro por isso. Hoje, a Gol está com uma dívida para a Abra (sua holding) com um custo anual de 18% ano. Já a Azul em sua última emissão de US\$ 800 milhões, tinha um custo da dívida de 11,93%.

A Gol no terceiro trimestre deste ano reportou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 2 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão em igual trimestre do ano passado – ou seja, uma perda 31,9% maior. A



Azul divulgou o balanço do terceiro trimestre de forma preliminar e não auditada e o resultado financeiro ainda não foi tornado público.

O governo tem buscado uma interlocução com o setor para reduzir as tarifas. De um lado, estuda um plano, o Voa Brasil, para levar passagens mais acessíveis a alguns grupos hoje fora do modal aérea. De outro, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, sinalizou conversa com as aéreas em que elas se comprometeram a apresentar um plano para reduzir as tarifas – em um movimento que deve endereçar pontos como combustível e o número de processos na Justiça.

Mas o cenário tarifário não tem desanimado o mercado de viagens e o consumidor. De um lado, cada vez mais ganha espaço alternativas ao transporte aéreo, como ônibus e fretamento de veículos. Há ainda espaço para fretamentos de aeronaves como forma de contornar as elevadas tarifas.

A CVC lançou o projeto VoePass, em que uma aeronave da VoePass está todos os dias à disposição da CVC via fretamento. São até 1,2 mil assentos por semana na baixa e na alta temporada. Os voos partem de sete origens do país (entre Confins e Uberlândia, em Minas, cidade do Rio de Janeiro e São José do Rio Preto, em São Paulo) rumo aos destinos de férias mais procurados pelos clientes da operadora, especialmente Porto Seguro, um dos destinos líderes em vendas na empresa. A operação está fechada até março de 2025.

No geral, incluindo todas as parcerias, a empresa já tem no ar para vendas mais de 100 mil assentos garantidos em negociações exclusivas, como fretamentos e bloqueios, tanto no doméstico como no exterior.

Já do lado do consumidor, a vontade de viajar permanece elevada e as buscas por bilhetes crescem nas plataformas de venda de viagens. Na Decolar, o número de buscas registrou alta de 51% na semana pré-Black Friday em comparação ao mesmo período do ano passado.

O diretor geral da CVC Viagens, Emerson Belan, diz que, em relação à Black Friday, “estamos projetando o melhor mês de vendas do ano”. A operadora de turismo notou um crescimento de 21% nas buscas e vendas durante as primeiras semanas de novembro em comparação ao mês anterior.

A diretora de Produtos Não Aéreos da Decolar, Daniela Araujo, diz que observou um movimento pós-pandemia de mudança de destinos, já que “o brasileiro foi aprendendo a viajar mais no Brasil”. O interesse por espaços que privilegiam a natureza avançou, mesmo perto de grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Para preparar o bolso, Araujo reforça que é preciso confiar em algumas lógicas no turismo, como a compra antecipada do bilhete ou pacote, mas também reforça que é preciso desmistificar algumas práticas, como a compra na madrugada. “As promoções acontecem em todos os horários e existe também a questão da antecedência, mas o maior desconto que você vai encontrar é na Black”, destaca.

Procurada para falar sobre os preços das passagens, a Latam informou que “tem compromisso com a democratização da aviação no Brasil e, por isso, tem se colocado à disposição do Governo Federal para combater de forma conjunta os entraves que dificultam a competitividade do setor aéreo nacional”.

A Gol diz que só divulgará os preços da Black Friday no momento do início das promoções, neste fim de semana, mas não comentou sobre o preço das tarifas. Já a Azul afirma que as promoções serão reveladas ao longo desta semana. * Sob supervisão de Mônica Scaramuzzo

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/11/2023

CLI PLANEJA INVESTIMENTO DE R\$ 2,2 BI NOS TERMINAIS EM SANTOS E MARANHÃO

Por Taís Hirata — De São Paulo



Motta, da CLI: “O objetivo dos novos investimentos é ampliar a eficiência” — Foto: Gabriel Reis/Valor

A operadora portuária CLI (Corredor Logística e Infraestrutura) tenta destravar R\$ 2,2 bilhões de investimentos nos dois terminais em que é sócia: o de Santos, em parceria com a Rumo, no qual a empresa planeja investir R\$ 600 milhões, e o Tegram (Terminal de Grãos do Maranhão), em Itaqui (MA), que poderá receber R\$ 1,6 bilhão de obras adicionais.

Além da expansão nos ativos atuais, o grupo se prepara para novas aquisições, que deverão ser focadas em terminais de grãos sólidos, com operação voltada ao agronegócio, segundo o diretor financeiro, Gabriel Motta.

No caso do terminal de Santos, que movimenta açúcar, milho e soja, o plano é ampliar a capacidade anual de 16 milhões de toneladas para 19 milhões de toneladas, em três anos. O início das obras depende da assinatura de um reequilíbrio econômico-financeiro com o governo federal, para alterar os investimentos que estavam previstos originalmente no contrato.

A companhia avalia que o processo está na fase final e prevê que os desembolsos deverão começar no início de 2024. Procurada, a Antaq (Agência Nacional de Transportes Terrestres) diz que não tem notícias da assinatura, que cabe ao governo. O Ministério de Portos não se manifestou.

“O objetivo dos novos investimentos é ampliar a eficiência. Vamos fazer a troca das esteiras, fazer novo armazém e novo centro de moegas, para o descarregamento rodoviário da carga”, diz Motta.

A CLI adquiriu o terminal em Santos há um ano. O grupo comprou 80% da Elevações Portuárias, subsidiária da Rumo que controla o ativo, por R\$ 1,4 bilhão. A empresa do grupo Cosan continua com 20% do negócio.

O grupo tem como acionistas as gestoras brasileira IG4 Capital - que comprou a empresa em 2020, da CGG Trading - e a australiana Macquarie - que entrou no negócio em 2022, com 50%. A operadora iniciou a operação em 2016, como uma das quatro acionistas do Tegram em Itaqui, ao lado de Glencore, Terminal Corredor Notre (da NovaAgri) e a ALZ Terminais Portuários (das tradings Amaggi, Louis Dreyfus e Zen-Noh Grain).

“Queremos estar não só nos dois extremos em que já atuamos”

— Marcos Bertoni

Os principais investimentos no terminal já foram realizados e, agora, os sócios tentam negociar junto ao governo a renovação antecipada do arrendamento, para incluir R\$ 1,6 bilhão de obras - o valor seria repartido igualmente pelos quatro acionistas do Tegram.

A ideia é ampliar a capacidade de 16 milhões de toneladas por ano para 23,5 milhões, afirma Marcos Pepe Bertoni, diretor de operações. “A proposta é construir um terceiro berço de atracação e expandir a capacidade dos silos verticais.” Em troca, o contrato, que hoje vence em 2037, seria prorrogado para 2062.

O processo foi protocolado em outubro na Emap (Empresa Maranhense de Administração Portuária). Procurada, a companhia não se manifestou. A Antaq diz que o pedido ainda não está em trâmite na agência reguladora.

Como se trata de um processo em fase ainda inicial, a previsão da CLI é que os desembolsos desses investimentos ficariam apenas para o início de 2025.

Hoje, a participação nos terminais no Maranhão e em Santos já garante a presença da CLI nos dois principais corredores de escoamento do agronegócio - Arco Norte e Porto de Santos. Porém, a ideia é ampliar sua atuação.

“Queremos nos consolidar como o maior operador portuário ‘bandeira branca’ [independente] do setor agrícola. Para isso, estamos olhando os corredores. Queremos estar não só nos dois extremos em que atuamos, mas ir para outras áreas do país”, diz Bertoni.

Os executivos afirmam que há negociações de aquisições em curso, algumas em fase mais avançada. O foco seguirá apenas no segmento de graneis sólidos, destaca Motta. “Temos restrição para outros modais. Estaremos sempre vinculados ao agronegócio. Tem bastante oportunidade disponível, em diferentes níveis de maturidade”, afirma.

Sobre o interesse de adquirir mais ativos portuários da Rumo, Mauro Finatti, diretor jurídico, diz apenas que há uma boa relação com a empresa, de quem a CLI já é sócia. “Qualquer oportunidade que estivermos avaliando é confidencial.”

Os planos de expansão da CLI deverão ser financiados por meio de debêntures de infraestrutura e bancos de fomento, como o BNDES e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), segundo Motta. Neste momento, novos aportes de acionistas não estão na estratégia de financiamento, diz ele.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/11/2023

MINAS PODE REPASSAR CEMIG E COPASA À UNIÃO PARA PAGAR DÍVIDA

Ações das duas estatais caem com fala de Zema; analistas criticam federalização, mas apontam que mudança não será repentina

Por Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcela Cunha, Estevão Taiar, Taís Hirata, Ana Beatriz Bartolo, Victoria Netto, Victor Meneses e Marta Watanabe — De Brasília e São Paulo*



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), deu sinal positivo para a federalização das estatais mineiras — Foto: Agência O Globo

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), sinalizou ontem que poderá federalizar empresas do Estado como forma de pagar sua dívida pública à União - proposta feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A manifestação provocou forte reação negativa do mercado. As ações da Cemig fecharam o pregão em queda de 9,7%, cotadas em R\$ 11,35, o menor preço desde 6 de abril. Já a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) encerrou o dia em baixa de 2,8%, a R\$ 18,17.

“Tem todas as condições. Estamos bastante otimistas”, disse Zema, após reunião com Pacheco no Senado, na parte da tarde. “Estamos de acordo”, acrescentou, ao ser indagado sobre o repasse de ativos do Estado para a União. Mais tarde - após a reação do mercado financeiro à fala -, o governador recuou e disse que “não há nada definido” sobre a federalização, ao ser questionado sobre o tema, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília.

Na terça-feira (21), Pacheco havia apresentado uma proposta formal ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que ativos do Estado fossem usados como pagamento de dívidas à União.

A ideia é uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). “A proposta busca utilizar os ativos que o Estado dispõe para quitação da dívida”, defendeu Pacheco. “As premissas estão lançadas, é um conceito que reputo sustentável e equilibrado para dar a efetiva solução ao problema, ao invés de empurrar o problema para daqui a nove anos.”



Paralelamente à proposta de Pacheco, o Estado enviará um ofício ao Ministério da Fazenda. A ideia é que Estado e União peçam juntos ao Supremo Tribunal Federal (STF) “uma forma de prorrogar” o prazo para Minas Gerais aderir ao atual modelo do RRF, segundo o governador Romeu Zema (Novo). O prazo acaba em 20 de dezembro.

Dessa forma, o governo ganharia tempo para decidir entre a proposta de Pacheco ou o modelo atual do RRF.

Hoje, Zema enfrenta dificuldades para aprovar a adesão ao RRF na Assembleia Legislativa do Estado. Isso porque o regime, que possibilita a Estados em situação de grave desequilíbrio fiscal usufruir de benefícios como a flexibilização de regras fiscais, acesso a operações de crédito e suspensão do pagamento de dívidas, requer também compromissos como alienação de ativos, redução de incentivos fiscais e instituição de regras para licitar o crescimento anual de despesas à inflação.

Atualmente Minas Gerais tem o terceiro maior nível de endividamento entre os governos, atrás apenas do Rio Grande do Sul, em primeiro lugar, e do Rio de Janeiro. A Dívida Consolidada Líquida (DCL) do governo mineiro equivale a 155% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.

“Tem todas as condições. Estamos de acordo [com a federalização]”

— Romeu Zema

A manifestação de Zema sobre a federalização das estatais pegou o mercado de surpresa, porque, até então, os sinais do governador iam na direção contrária, de privatizar suas duas principais companhias, a Cemig e a Copasa.

Para o BTG Pactual, caso a federalização se concretize “a Cemig passaria a ser a Eletrobras que o governo não conseguiu ter”, segundo analista que pediu anonimato. Considerando o valor de mercado de R\$ 30 bilhões da Cemig e a participação do Estado de 17%, o valor de R\$ 5 bilhões correspondente que passaria a ser federalizado seria “irrisório” perto do déficit de R\$ 160 bilhões do Estado com a União, disse ele.

O analista e sócio-fundador da Ajax Asset, Rafael Passos, também observou que o ruído sobre as companhias é negativo. “Com a entrada da União, teríamos uma mudança drástica de gestão em termos estratégicos, e isso é péssimo. As empresas vinham com um trabalho bem forte de venda de ativos não estratégicos, busca por eficiência, melhoria de rentabilidade e margens, refletindo a melhora operacional”, disse.

A potencial mudança na administração da Cemig também é destacada como um ponto negativo por Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, caso o governo federal assuma a gestão da empresa mineira.

“A administração da Cemig vem tendo um desempenho sólido, mesmo sendo uma companhia estadual. A empresa vem tentando se aproximar dos seus pares privados e a federalização seria uma ruptura no processo de ganho de eficiência realizado nos últimos anos”, afirmou Arbetman.

Apesar das críticas, analistas de mercado apontam que nenhum movimento nesse sentido se dará de forma repentina. “Vemos uma potencial federalização como muito negativa para Cemig e Copasa, pois provavelmente resultaria em uma mudança na equipe de gestão e nos planos estratégicos dessas empresas. Porém, dado o caminho desafiador da federalização, não entraríamos em pânico com esta notícia”, escreveu o Itaú BBA em relatório.

A federalização das empresas não será um processo trivial e poderia gerar questionamentos, porém, é algo bastante factível, segundo advogados. Do ponto de vista legal, seria necessário obter autorização legislativa, “tanto do Congresso Nacional, para a União comprar, quanto da Assembleia Legislativa, para a transferência das ações”, afirmou Rosi Costa Barros, sócia da área de Energia do Demarest.



Na avaliação de Fernando Marcato, professor da FGV Direito e ex-secretário de Infraestrutura de Minas Gerais, não seria necessário nem mesmo uma lei federal. Porém, mesmo que haja essa necessidade, não seria algo desafiador. “Na prática não é difícil.”

Do lado estadual, pode haver questionamentos sobre a necessidade de alterar a Constituição para permitir a federalização, porém, estes dificilmente se sustentam, afirmou Gustavo Magalhães, sócio do Madrona Fialho.

O argumento que tem sido usado é que a Constituição do Estado exige a realização de referendo popular em caso de “desestatização”. Aqueles que são contrários à federalização querem emplacar uma interpretação do termo “desestatização”, não como privatização, mas como perda do controle do Estado. “Porém, a tese tem mais cunho político de criar um óbice do que um argumento jurídico forte”, disse.

Outro possível questionamento, que poderia eventualmente impactar Copasa, seria referente aos contratos firmados pelos municípios com a companhia, que são baseados em convênio com o Estado, observa Marcato. “Há um risco de municípios questionarem porque, lá atrás, a operação foi transferida ao Estado”, disse ele. Já Magalhães avalia que o risco não deverá gerar impactos relevantes porque os contratos de programa são firmados pela própria Copasa, e não pelo Estado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/11/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

PREVISÃO DE DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2023 SOBE PARA R\$ 203,4 BILHÕES

Compensação a estados e piso da saúde justificam elevação

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

A promessa de encerrar o ano com déficit primário em torno de 1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos) não vai se cumprir. Documento que a cada dois meses orienta a execução do Orçamento, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas elevou para R\$ 203,4 bilhões a estimativa de déficit primário para este ano (1,9% do PIB) com as contas do governo pressionadas pela compensação a estados e pela recomposição do piso da saúde.

No relatório anterior, divulgado em setembro pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, a previsão de déficit primário estava em R\$ 141,4 bilhões. Esse cálculo considera o critério “abaixo da linha”, usado pelo Banco Central, que é levado em conta no cumprimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para 2023, a LDO estabelece meta de déficit primário de R\$ 231,5 bilhões, mas o valor efetivo cai para R\$ 213,6 bilhões, com algumas compensações da União previstas após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Fatores

Três fatores principais explicam a elevação da estimativa de déficit primário. O primeiro foi a Lei Complementar 201/2023, que antecipou a compensação de R\$ 16,3 bilhões para estados e municípios para repor perdas com a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis e com a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.



O segundo fator foi o gasto de R\$ 4,3 bilhões para a recomposição do piso da saúde. Com a sanção do novo arcabouço fiscal, voltou a vigorar a fórmula de cálculo de 15% da receita corrente líquida, que vigia antes do teto de gastos.

Originalmente, o buraco poderia chegar a R\$ 21 bilhões, mas uma emenda na Lei Complementar 201/2023, introduzida pelo líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), reduziu a diferença para R\$ 4,3 bilhões.

Segundo a emenda, o valor sobre o qual seria calculado os 15% da RCL incide sobre as receitas aprovadas no Orçamento de 2023, e não sobre as estimativas atualizadas a cada dois meses pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, o que daria cerca de R\$ 172 bilhões, em vez de R\$ 189 bilhões.

O governo aguarda ainda o resultado de consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para adiar a vigência do novo cálculo para 2024.

Fundo do PIS/Pasep

Os dois primeiros fatores elevariam a estimativa de déficit primário para R\$ 177,4 bilhões (1,7% do PIB). O terceiro fator que fez a previsão superar R\$ 200 bilhões foi a retirada de R\$ 26 bilhões de recursos parados no antigo fundo PIS/Pasep do cálculo das receitas. Embora a Emenda Constitucional da Transição tenha permitido ao governo apropriar-se dessa receita, o Banco Central considera esse dinheiro como receita financeira, não primária.

Como o critério para apurar o cumprimento da meta de resultado primário leva em conta a metodologia do Banco Central (BC), “abaixo da linha”, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento decidiram retirar do relatório esses R\$ 26 bilhões.

Compensações

No início do ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha estimado que o déficit fecharia 2023 em torno de R\$ 100 bilhões. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, além do piso da saúde e da compensação aos estados e municípios, quatro fatores impactaram as estimativas de déficit primário.

O primeiro foi a queda de R\$ 9 bilhões na arrecadação federal decorrente da queda do dólar a da inflação. Os preços mais baixos das mercadorias impactam a arrecadação de tributos que incidem diretamente sobre o consumo. Segundo Ceron, os R\$ 9 bilhões se referem apenas à queda da estimativa de receitas para os dois últimos meses do ano. Em 2023, o impacto do câmbio e da queda da inflação chega a R\$ 25,6 bilhões.

O segundo foi a redução da estimativa de depósitos judiciais da Caixa Econômica para o Tesouro Nacional. A demora no repasse dos recursos fará as transferências caírem R\$ 12,6 bilhões para R\$ 5 bilhões neste ano, com o restante ficando para 2024.

Além disso, o governo deverá encerrar o ano com perdas de quase R\$ 130 bilhões em relação a compensações tributárias (desconto em pagamento de tributos futuros de tributos pagos a mais no passado). A primeira diz respeito à compensação de R\$ 80 bilhões referentes a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que retirou o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A segunda compensação tributária refere-se a R\$ 46 bilhões do desconto de subvenções (ajuda financeira) do ICMS do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). “São dois eventos de 2017 que estão interferindo na arrecadação deste ano”, disse Ceron.

Receitas e gastos



Todos esses fatores fizeram a previsão para as receitas primárias totais da União cair em R\$ 22,2 bilhões. A estimativa de despesa primária, em contrapartida, foi elevada em R\$ 21,9 bilhões, impulsionada principalmente pela ajuda a estados e municípios e pela recomposição do piso da saúde.

*Matéria alterada às 6h06 do dia 23/11/2023 para correção no último parágrafo.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 23/11/2023

PETROBRAS DEVE ANUNCIAR PLANO ESTRATÉGICO NA SEXTA-FEIRA, DIZ PRATES

Presidente da estatal participou hoje de seminário no Rio de Janeiro

Por Bruno de Freitas Moura - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou, nesta quarta-feira (22), que o plano estratégico da companhia deve ser divulgado na próxima sexta-feira (24). A expectativa é que o conjunto de investimentos previstos para o quinquênio 2024-2028 seja analisado e aprovado pelo Conselho de Administração da estatal na quinta-feira (23).

“Nós estamos trabalhando intensamente, todos os dias”, disse Prates na abertura do seminário A neointustrialização e a transição energética brasileira, realizado no Rio de Janeiro. Ele discursou ao lado do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e do presidente da mineradora Vale, Eduardo Bartolomeo.

Prates aproveitou o evento para destacar números recorde atingidos pela Petrobras este ano, como a produção de óleo e gás. “Quatro milhões de barris de óleo equivalente (boe) por dia. É um número muito significativo”. As produções de diesel S10 (com maior eficiência energética e menor impacto ambiental) e asfalto também foram recorde.

Outra marca ressaltada foi o Fator de Utilização Total (FUT) das refinarias. “Hoje estamos acima de 97% das nossas capacidades. Estamos a pleno vapor, usando toda a nossa capacidade de refino em favor do Brasil”, exaltou.

Prates citou que conversou com o presidente Lula na terça-feira (21), e o presidente afirmou que a Petrobras tem que ser referência em transação energética.

“Vamos cumprir à risca o que o presidente determinar”, disse Prates. “Claro, dentro da composição toda de regras de governança, de satisfações à sociedade e de cumprimentos dos ritos”, completou.

Reunião com presidente

As declarações de Prates são feitas um dia depois de ele ter participado de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros do governo, em Brasília. O encontro foi marcado depois de Prates e o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, terem publicado mensagens em redes sociais sobre o comportamento dos preços dos combustíveis.

“Fiz essa manifestação à Casa Civil. É importante, respeitando a governança da Petrobras, respeitando a sua natureza jurídica. Mas já está na hora de puxarmos a orelha de novo da Petrobras, para que ela volte à mesa e possa colocar com clareza”, escreveu Silveira no X (antigo Twitter) na sexta-feira passada (17), reproduzindo uma entrevista dele sobre o governo cobrar a Petrobras para uma redução nos preços.

No dia seguinte, na mesma rede social, Prates defendeu a política de preços da companhia e listou o que seria preciso para uma orientação de queda nos preços.

Para que o MME, órgão da União, possa orientar a Petrobras a baixar os preços de combustíveis diretamente, será necessário seguir a Lei 13.303/16 e o Estatuto Social (art. 30, parágrafo 4o e seguintes):



- a União deverá orientar formalmente a Petrobras por meio de um ato normativo (lei ou regulamento);
- deverá firmar contrato, convênio ou outro ajuste estabelecendo as condições em que se dará, com ampla publicidade; os custos e receitas referentes a medida deverão ser discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil;
- a proposta de orientação da União deverá ser submetida ao Comitê de Investimentos e ao Comitê de Minoritários, que avaliará se as condições a serem assumidas pela Petrobras requerem que a União compense a Petrobras pela diferença".
(<https://x.com/jeanpaulprates/status/1726050847975452935?s=20>)

Depois do evento no Rio de Janeiro, Prates seguiu para Brasília para nova reunião com o presidente Lula nesta quarta-feira. O ministro Alexandre Silveira era esperado para o seminário no Rio, mas não esteve presente.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 23/11/2023

EMPREGADOS DOS CORREIOS DESISTEM DE GREVE NA VÉSPERA DA BLACK FRIDAY

Acordo proposto pela empresa pode ser fechado no próximo dia 28
Por Cristiane Ribeiro - Repórter da Rádio Nacional - Rio de Janeiro

Às vésperas da Black Friday, nesta sexta-feira (24), os trabalhadores dos Correios do Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Bauru, em São Paulo, desistiram de entrar em greve por tempo indeterminado. Tocantins, que já estava em greve, suspendeu a paralisação.

É que os sindicatos decidiram aceitar proposta da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos apresentada no final da tarde de quarta-feira e aprovada em assembleia dos trabalhadores na noite passada.

De acordo com a Findect, a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios, a empresa atendeu as reivindicações da categoria e enviou para os sindicatos um termo aditivo, se comprometendo a fechar um acordo, no próximo dia 28, para que os trabalhadores desistissem da greve.

Entre as cláusulas do documento, estão o reajuste salarial de 3,53% a partir de janeiro de 2024, reajuste no Vale Refeição, a concessão de um vale extra no valor de R\$ 1,5 mil no dia 15 de dezembro, e a antecipação de 50% do décimo terceiro para aqueles que optarem em receber a gratificação natalina no seu período de férias, de janeiro a novembro.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 23/11/2023

APÓS SOFRER COM NUVEM DE FUMAÇA, CHOVE EM MANAUS

Cota do Rio Negro sobe aos poucos
Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil - São Luís

A chuva voltou a cair em Manaus, após a cidade ficar rodeada nos últimos dias por uma nuvem de fumaça causada por incêndios. Segundo a Defesa Civil do Amazonas, a capital registrou nesta quinta-feira (23) um volume de chuvas acima de 38 milímetros. A previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) é que as chuvas se estendam até o final de semana na capital amazonense.

Para os próximos dias, o Inmet prevê a ocorrência de muitas nuvens com pancadas de chuva isoladas em Manaus. Segundo o monitoramento do Sistema Eletrônico de Vigilância Ambiental

(Selva) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com a chuva a qualidade do ar em boa parte da capital está entre boa e moderada.

Já o Rio Negro, que em 27 de outubro atingiu sua cota mínima histórica na medição do Porto de Manaus, com 12,70 metros, vem subindo aos poucos. Nesta quinta-feira, o nível está em 13,47 metros.

O aumento no volume do leito do rio é aguardado por pescadores e ribeirinhos que desejam retomar as suas atividades. Eles enfrentam dificuldades de locomoção e relatam sofrer abandono por parte do poder público local e estadual. Entre as situações estão a falta de recebimento de cestas básicas, de acesso à água potável e energia elétrica.

Na terça-feira (21), o Inmet informou que a previsão era de chuvas mais volumosas na Região Norte, com volumes entre 30 mm e 80 mm, em municípios do Amazonas, Acre, Rondônia e sul de Roraima, podendo ser acompanhadas de raios, rajadas de vento e trovoadas. A previsão é válida até a próxima segunda-feira (27).

O estado do Amazonas enfrenta uma seca severa. De acordo com a Defesa Civil do Amazonas, todos os 62 municípios do estado permanecem em situação de emergência. Divulgado nesta quarta-feira (22), o boletim informa que são 598 mil pessoas e 150 mil famílias afetadas. A Defesa Civil informou que, no período de 1º de janeiro a 20 de novembro, foram registrados 19.404 focos de calor no estado, dos quais 2.805 na região metropolitana de Manaus.

O cenário ocorre em meio à intensificação do fenômeno El Niño, caracterizado pelo enfraquecimento dos ventos alísios, que sopram de leste para oeste, e pelo aquecimento anormal das águas superficiais da porção leste da região equatorial do Oceano Pacífico. Essas mudanças na interação entre a superfície oceânica e a baixa atmosfera ocorrem em intervalos de tempo que variam entre 3 e 7 anos e têm consequências no clima em diferentes partes do planeta. Isso porque a dinâmica das massas de ar no Oceano Pacífico adota novos padrões de transporte de umidade, afetando a temperatura e a distribuição das chuvas.

Fonte: Agência Brasil - DF

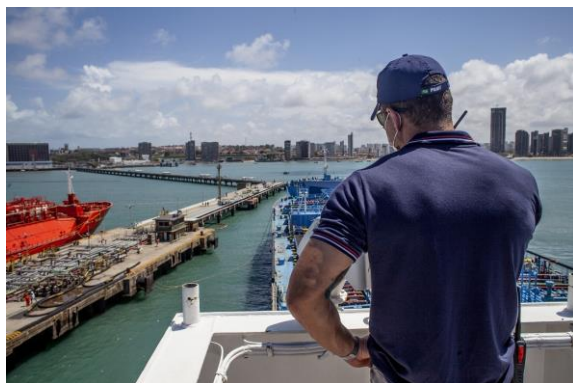
Data: 23/11/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PRÁTICOS AVALIAM QUE PL TRARÁ ESTABILIDADE REGULATÓRIA À ATIVIDADE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/11/2023 - 19:50



Divulgação

Presidente da Praticagem do Brasil destacou que texto aprovado na Câmara prioriza livre negociação e que a autoridade marítima agirá somente quando provocada, podendo eventualmente fixar preços

A Praticagem do Brasil avalia que o texto aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, na última terça-feira (21), trará estabilidade regulatória à atividade. O presidente da entidade, Ricardo Falcão, disse à Portos e Navios que houve rodadas de conversas entre parlamentares e representantes de mais de 20 entidades setoriais, que dialogaram até chegar à construção do texto atual. Ele relatou que muitas delas entenderam que havia distorções em alguns dados apresentados durante as audiências públicas ou acabaram cedendo em alguns pontos com o

objetivo de firmar o acordo. Já entre os armadores, há preocupação com riscos regulatórios identificados com as mudanças aprovadas que serão apreciadas pelo Senado.

Segundo o prático, havia o risco de que, se não houvesse consenso antes de chegar à Câmara, fosse aprovado o texto original do 877/2022, passando direto e sem alterações pela casa legislativa. Ele mencionou que o PL 877, de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), não abordava como deveriam ser tratadas a abusividade e a defasagem de preços da praticagem. Falcão citou que, nos últimos anos, houve duas praticagens, em Sergipe e em Ilhéus (BA), que registraram prejuízos e faliram por imposição de preços pelo tomador de serviço, sendo incorporadas a outras zonas de praticagem.

Durante as discussões, a praticagem contestou, por exemplo, a informação apresentada durante uma das audiências públicas de que a praticagem no Brasil é 5 vezes mais cara do que em outras zonas de praticagem no mundo. Falcão citou que, na Amazônia, o menor trecho navegável tem 600 milhas náuticas, aproximadamente 6,5 vezes maior do que em outras regiões.

Falcão afirmou que, na última hora, houve tentativa de frear o acordo por parte de segmentos insatisfeitos, mas que haviam se comprometido a não obstruí-lo. Ele destacou que a regra prevista no texto é priorizar a livre negociação e que a autoridade marítima agirá somente quando provocada, podendo, eventualmente, fixar preços em caso de abusividade ou defasagem nos preços do serviço.

A praticagem considera que houve uma busca por padrões mundiais de regulação da atividade nos aspectos técnico e econômico, assegurando a entrada e saída de navios e o funcionamento dos portos. Falcão destacou que a categoria investe continuamente em estudos, treinamento e tecnologias que contribuem para superar as limitações portuárias que impactam o Custo Brasil.

O prático acredita que a exigência de performance é bastante alta e naturalmente reflete no preço do serviço. “Regular significa conhecer o regulado e usar mecanismos para entregar o melhor para sociedade nestes dois parâmetros (segurança da navegação e qualidade técnica). Não se dissocia quem dá as regras de quem dita o preço”, disse Falcão, que também é vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (Impa).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/11/2023

CHINA LIDEROU A CONSTRUÇÃO NAVAL EM 2022; COREIA FICOU EM SEGUNDO LUGAR

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 22/11/2023 - 20:29



A China obteve a maior parte das encomendas de grandes navios oceânicos em 2022. A informação é do relatório anual sobre os mercados de transporte marítimo e construção naval da corretora de navios Barry Rogrino Salis (BRS) Group. Na semana passada, a China somava 121,3 milhões de toneladas de porte bruto (DWT) em construção, conforme sua carteira de encomendas do final do ano passado.

A participação da China no mercado global aumentou de 47,7% para 50,3%. Em 2021, a participação dos estaleiros chineses chegava a 111 milhões de DWT.

A Coreia, por outro lado, construiu 69,8 milhões de DWT em 2022, acima dos 68,3 milhões de DWT em 2021. Mas a sua quota de mercado caiu de 29,6% para 29,0%.

As encomendas a estaleiros japoneses diminuiu de 47,7 milhões de DWT em 2021 para 36,5 milhões de DWT no ano passado, e sua participação de mercado caiu de 17,6% para 15,1%.

O relatório também observou que o número de estaleiros que operam a nível mundial caiu de 699 em 2007 para 301 em 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/11/2023

PETROBRAS E SHEARWATER ESTABELECEM PARCERIA PARA 'REMODELAR' EXPLORAÇÃO SÍSMICA

Da Redação OFFSHORE 22/11/2023 - 20:29



Roberta Alves Mendes e Mehul Supawala - Foto: Shearwater/Divulgação

A norueguesa Shearwater GeoServices e a Petrobras firmaram um acordo de colaboração tecnológica plurianual com o objetivo de remodelar a exploração sísmica e o desenvolvimento de campos no Brasil.

O compromisso abrangerá a industrialização da tecnologia de fontes vibratórias marinhas da Shearwater e serviços associados para as bacias offshore brasileiras.

“Este projeto visa acelerar a exploração e o desenvolvimento dos campos brasileiros, alavancando maior eficiência operacional, melhorias geofísicas inovadoras e melhor controle das frequências sísmicas emitidas nas águas brasileiras”, disse Roberta Alves Mendes, gerente geral de Tecnologia de Reservatórios do Cenpes Petrobras .

No centro do empreendimento está o vibrador marítimo da Shearwater, chamado projeto BASS, que promete ganhos significativos em eficiência operacional, qualidade de dados sísmicos e redução de emissões sonoras quando comparado aos métodos tradicionais, disse a empresa norueguesa.

“Esta colaboração histórica combina tecnologia de ponta e inovação com nosso relacionamento comercial bem estabelecido com a Petrobras no Brasil. A combinação desta fonte sísmica inovadora com nossa tecnologia permite que a Shearwater e a Petrobras elevem os padrões de qualidade, eficiência e sustentabilidade no domínio das soluções sísmicas”, disse Irene Waage Basili, CEO da Shearwater .

A Shearwater GeoServices também firmou recentemente uma aliança estratégica com a norueguesa Argeo com o objetivo de inovar e ser pioneira em novas tecnologias e produtos nos mercados submarinos e de nós de fundo oceânico.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/11/2023

MAERSK E THE OCEAN CLEANUP AMPLIAM COLABORAÇÃO PARA REMOVER PLÁSTICOS DOS OCEANOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 22/11/2023 - 20:29



As entidades vão validar um sistema que permite captar no mar quantidades significativas de resíduos

The Ocean Cleanup é um projeto internacional sem fins lucrativos com a missão de livrar os oceanos do mundo do plástico. Desde 2018, diferentes tecnologias foram testadas com o apoio da Maersk Supply Service e das atividades logísticas e marítimas da Maersk. Nesse sentido, a The Ocean Cleanup já estabeleceu com sucesso um sistema que pode capturar

consistentemente quantidades significativas de plásticos oceânicos.

O próximo passo da The Ocean Cleanup é validar o sistema do ponto de vista ecológico e de engenharia, o que lhe permitirá demonstrar aos governos, instituições e outros financiadores que existe uma tecnologia viável para limpar os plásticos dos oceanos.

Para este fim, a Maersk Supply Service, a Maersk e a The Ocean Cleanup ampliaram a colaboração para completar a validação do sistema. Os dois primeiros darão suporte ao programa, que inclui gerenciamento de projetos, operação de duas embarcações da Maersk Supply Service que rebocarão o sistema, além de serviços logísticos de coleta e transporte de resíduos para reciclagem. Ao mesmo tempo, a Fundação AP Moller fornecerá uma doação para a The Ocean Cleanup.

A validação do sistema está prevista para ser concluída até ao final de 2024 e incluirá um estudo ambiental sobre o impacto da poluição plástica nas emissões de gases com efeito de estufa dos navios envolvidos. Assim que a tecnologia e o sistema forem validados, a The Ocean Cleanup acredita que será capaz de reunir o apoio do público, governos e outras fundações para expandir significativamente a operação a partir de 2025.

“A Maersk Supply Service e a AP Moller - Maersk foram fundamentais na jornada desde o conceito inicial até um sistema operacional na Grande Mancha de Lixo do Pacífico, e estou imensamente grato por seu compromisso em nos levar ao ponto em que estamos prontos”, disse Boyan Slat, fundador e CEO da The Ocean Cleanup.

Por sua vez, Robert Uggl, CEO da AP Moller Holding e presidente da AP Moller – Maersk, comentou que “a Ocean Cleanup tem a importante missão de eliminar os plásticos dos oceanos, um dos maiores desafios ambientais do nosso tempo. Atualmente, a poluição plástica afeta centenas de espécies marinhas e contamina a cadeia alimentar marinha com poluentes tóxicos. Com isto em mente, a Maersk Supply Service, a AP Moller - Maersk e a AP Moller Foundation decidiram estender o seu apoio à The Ocean Cleanup para finalizar e validar a sua tecnologia e sistema”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023

GOLDWIND FORNECERÁ METANOL VERDE EM GRANDE ESCALA PARA A MAERSK

Da Redação NAVEGAÇÃO 22/11/2023 - 20:29

A AP Moller – Maersk e a desenvolvedora chinesa Goldwind, líder global em energia limpa, firmaram



acordo para fornecimento de metanol verde em grande escala. Este acordo é um marco para a Maersk, pois permitirá reduzir significativamente a pegada de emissões nesta década.

A gigante de transporte dinamarquesa mantém o compromisso com a trajetória de limitar o aumento da temperatura global em 1,5 graus Celsius, conforme estabelecido no Acordo de Paris.

Rabab Raafat Boulos, diretor de Infraestrutura da AP Moller – Maersk, destaca que a empresa pretende atingir emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2040 em todos os seus negócios. "O acordo reduz significativamente os riscos dos estágios iniciais da jornada líquida zero da Maersk e apoia as expectativas de um mercado competitivo de metanol verde até 2030. Os volumes recordes podem impulsionar anualmente mais da metade da capacidade habilitada para metanol que a Maersk tem atualmente encomendada", disse o executivo.

A Maersk receberá seu primeiro grande navio oceânico movido a metanol (16.000 TEUs) no primeiro trimestre de 2024.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO EM REGIME DE PARTILHA SERÁ 11 VEZES MAIOR QUE A ATUAL EM 2029

Da Redação OFFSHORE 22/11/2023 - 20:29



A produção diária de petróleo da União dará um salto nos próximos 10 anos e alcançará o pico em 2029, quando atingirá 564 mil barris por dia, mais de 11 vezes a produção atual de 51 mil bpd. A projeção é do estudo “Estimativas de resultados nos contratos de partilha e nos acordos de individualização com participação da União”, elaborado pela Pré-Sal Petróleo (PPSA) que contempla projeções até 2033 para os contratos de partilha e para as jazidas compartilhada de Mero, Atapu e Tupi.

O trabalho foi divulgado nesta quarta-feira (22), pela diretora técnica e presidente interina, Tabita Loureiro, no Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo – 10 anos de história.

Segundo Tabita Loureiro, somente com a comercialização da parcela de petróleo e de gás natural da União serão arrecadados R\$ 466 bilhões nos próximos dez anos. Quase a totalidade da produção da União (97,5%) virá de projetos com declaração de comercialidade. Neste período, os contratos irão gerar uma receita total de R\$ 1,15 trilhão para os cofres públicos, considerando a comercialização, o pagamento de royalties (R\$ 373 bilhões) e os tributos recolhidos pelas empresas produtoras (R\$ 315 bilhões).

Considerando toda a vida útil dos contratos, somente os nove contratos comerciais de partilha representam para sociedade pelo menos R\$ 2 trilhões em comercialização de óleo e gás natural, royalties e tributos, além de R\$ 700 bilhões em investimentos.

“Os projetos em regime de partilha estão em curva ascendente de produção. Atingiremos 564 mil barris por dia de produção para a União em 2029 só com os contratos comerciais. Pela primeira vez, estamos projetando a produção da União de gás natural e observamos que nos próximos anos, o governo terá cerca de 3 milhões de m³ por dia para ofertar ao mercado.”, explicou Tabita.

A parcela de gás natural diária da União saltará dos 112 mil m³/dia (setembro de 2023) para 1,8 milhão m³/dia em 2027, mantendo uma média de 3 milhões m³/dia pelos próximos seis anos. O pico é alcançado em 2029 com 3,5 milhões m³/dia.

Produção crescente

O estudo projeta também a produção média diária total dos contratos. No petróleo, é esperado um salto, com a produção saindo dos atuais 921 mil barris por dia (bpd) para 2,3 milhões de bpd em 2029, quando a produção atingirá o pico. Nos anos seguintes, se não houver novos contratos, a produção entrará em declínio gradualmente. De 2023 a 2032, os contratos acumularão um total de 6,5 bilhões de barris produzidos, dos quais 1,3 bilhão pertencerão à União (20%).

A produção de gás natural para exportação nestes contratos apresenta crescimento a partir de 2025 e se mantém praticamente estável entre 2026 e 2032.

Além dos valores arrecadados para a União, os investimentos realizados pela indústria também serão vultuosos: R\$ 475 bilhões até 2033, com pico em 2025 quando serão aplicados R\$ 104,42 bilhões na produção de petróleo e de gás natural nos contratos de partilha de produção. O estudo estima, ainda, a demanda de 18 FPSOs (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e

Transferência) e 302 poços. Desse número, só os contratos comerciais representam 11 FPSOS e 215 poços.

O trabalho foi realizado pela equipe de Planejamento Estratégico da PPSA e pela Diretoria de Gestão de Contratos com a utilização de um modelo de avaliação econômica desenvolvido internamente. Foi utilizado o preço de US\$ 75 por barril nos anos de 2024 e 2025 e de US\$ 70 por barril de 2026 em diante.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023

PORTO DE SÃO MOVIMENTOU 13,8 MILHÕES DE TONELADAS ATÉ OUTUBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/11/2023 - 20:29



Nos dez primeiros meses de 2023, o Porto de São Francisco do Sul movimentou 13,8 milhões de toneladas de mercadorias, 27% a mais do que no mesmo período do ano passado (10,8 milhões).

A exportação alcançou 8,4 milhões de toneladas, representando 61% das cargas, enquanto a importação chegou a 5,4 milhões de toneladas (39%).

No mesmo período de 2022, a importação, com 5,6 milhões de toneladas (52%), superava a exportação, com 5,1 milhões de toneladas (48%).

No entanto, em 2023, impulsionado pelo envio de grãos à China, o porto do norte catarinense conseguiu reverter a tendência e a exportação aumentou 64% com relação ao ano anterior.

Os dados foram divulgados esta semana pela SCPAR Porto de São Francisco do Sul e apontam que é a primeira vez em dois anos que a exportação supera a importação: a última vez foi em 2021.

Para o presidente do porto, Cleverton Vieira, o aumento na exportação de grãos está diretamente relacionado à capacidade produtiva do agronegócio catarinense e brasileiro, que vem se destacando pela alta produtividade, com ganhos econômico-sociais para toda a cadeia produtiva e logística envolvida.

“Para dar conta desse crescimento e viabilizar o escoamento da produção nacional, o Porto de São Francisco está investindo constantemente na manutenção dos equipamentos utilizados para o carregamento dos navios, bem como na melhoria da condição de infraestrutura terrestre e aquaviária da instalação”, diz o presidente Cleverton Vieira.

"Os resultados mostram que o Porto de São Francisco do Sul vem aproveitando as oportunidades de mercado, mesmo com as dificuldades climáticas, buscando soluções eficientes, que vem se refletindo nos números e num desempenho positivo ao longo do ano", avalia o secretário em exercício da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), Robison Coelho.

Crescimento de 36%

Em outubro, apesar da chuva constante que afetou a atividade portuária, 1,36 milhão de toneladas de mercadorias passaram pelo Porto de São Francisco, representando um aumento de 36% em comparação com o mesmo mês de 2022 (1 milhão de toneladas).

As exportações somaram 856 mil toneladas (63%), graças principalmente ao milho (635 mil toneladas) e à soja (202 mil toneladas)

Já as importações de produtos alcançaram 511 mil toneladas (37%). Destaque para os produtos siderúrgicos (320 mil toneladas) e fertilizantes (177 mil toneladas).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023

SUBSEA7 CRESCE 12% NO TERCEIRO TRIMESTRE, COM RECEITA DE US\$ 1,6 BILHÃO

Da Redação OFFSHORE 22/11/2023 - 20:29



No Brasil, o destaque foi o contrato superior a US\$ 750 milhões com a Petrobras para o avanço do projeto Mero 4

A Subsea7, empresa especializada em projetos e tecnologia offshore para o setor de energia, concluiu o terceiro trimestre do ano com receita de US\$ 1,6 bilhão, o que representa um aumento de 12% no comparativo com igual período de 2022. O EBITDA ajustado global alcançou o valor de US\$ 201 milhões, resultando em uma margem de Ebitda ajustada de 13%.

A carteira de pedidos (backlog) global seguiu em expansão, com US\$ 10,8 bilhões, dos quais prevê-se a execução de aproximadamente US\$ 1,7 bilhão ainda no quarto trimestre de 2023, seguido por US\$ 4,8 bilhões em 2024 e US\$ 4,3 bilhões em 2025. A entrada de novos pedidos continuou favorável, com uma marca de US\$ 2,1 bilhões, sendo US\$ 1,4 bilhão em novos contratos e US\$ 700 milhões em reajustamento de preços.

Segundo John Evans, CEO Global da Subsea7, os resultados apontam que a empresa está no caminho certo para alcançar todas as metas traçadas para este ano. “Durante o terceiro trimestre, registramos um sólido progresso operacional em projetos-chave na unidade de negócios Subsea e Convencional e em Renováveis, incluindo atividades iniciais na carteira de contratos de margens mais altas. À medida que esses contratos avançam, estamos confiantes de que as margens de EBITDA ajustado voltarão a uma faixa de 15 a 20% nos próximos anos, atingindo o patamar mais alto dessa faixa até o fim de 2025”, disse Evans.

De acordo com o executivo, a atividade de licitação permanece em níveis elevados nas áreas de energia eólica submarina e offshore, o que amplia a visibilidade para além de 2025 e respalda a expectativa de um ciclo sustentado até a última parte da década. “Pelo segundo trimestre consecutivo, a unidade de negócios de Energias Renováveis manteve margem de EBITDA ajustada de dois dígitos, fruto da estabilização operacional e da ênfase na obtenção de novos pedidos para reequilibrar riscos e retornos. Embora a indústria de energia eólica offshore continue em uma trajetória de crescimento não linear, acreditamos que a nossa abordagem estratégica sustentará esse elevado grau de desempenho”, prossegue Evans.

Em 2 de outubro, a joint venture OneSubsea, composta por Subsea7 (10%), SLB (70%) e Aker Solutions (20%), foi concluída. Simultaneamente, a Subsea Integration Alliance, a aliança estratégica global entre Subsea7 e OneSubsea, foi estendida até 2033. Ambas as iniciativas aproveitam os ativos, serviços e tecnologias líderes de mercado da Subsea7 para aumentar a eficiência dos projetos, viabilizando a exploração de reservas submarinas com emissões reduzidas de carbono.

Brasil

As operações de construção do sistema de coleta submarina do projeto Búzios 8, da Petrobras atingiu 12% em seu cronograma. Já as operações para a implantação de infraestrutura submarina em Mero 3&4, também operado pela Petrobras, apresentam 20% de evolução. Os trabalhos em Bacalhau, operado pela Equinor (40%), ExxonMobil (40%), Petrogal Brasil (20%) e Pré-Sal Petróleo S.A, estão 71% concluídos.

No fim de setembro, a Subsea7 anunciou a obtenção de um aditamento contratual significativo com a Petrobras para o avanço do projeto Mero 4, campo integrado ao empreendimento Mero 3, localizado a cerca de 200 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, em uma profundidade de 2.200 metros na área do pré-sal na Bacia de Santos. O contrato, no valor superior a US\$ 750 milhões, abrange engenharia, licitação, fabricação, instalação e pré-comissionamento de 76 quilômetros de dutos.

Envolve também o gerenciamento de projeto e de engenharia, que já foram iniciados nos escritórios da empresa em Paris e no Rio de Janeiro. A confirmação deste aditivo contratual, que foi registrado no backlog do terceiro trimestre de 2023, representa um marco importante para a empresa, sendo o quinto grande contrato EPCI da Subsea7 no Brasil. A fabricação dos dutos será realizada na spoolbase da empresa em Ubu, no Espírito Santo, e as operações offshore estão previstas para 2025 e 2026.

O projeto Mero 4, integrado ao empreendimento Mero 3 como uma única iniciativa, engloba um total de 12 poços de produção e 12 poços de injeção de Gás Água (WAG). Estabelecendo uma cadeia de suprimentos global, o projeto envolve colaborações entre Brasil, China, Reino Unido, Europa e Austrália.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023

ANTAQ AUTORIZA LEILÃO DE ARRENDAMENTO SIMPLIFICADO NO PORTO DE MACEIÓ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/11/2023 - 20:29



MAC 15 se junta à quatro outros terminais a serem leiloados no próximo dia 13 de dezembro

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) referendou a realização de leilão de terminal na área do Porto Organizado de Maceió (AL). A decisão foi aprovada nesta quinta-feira (16).

O MAC15 será destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal. O certame licitatório da área já havia sido aprovado ad referendum (quando o procedimento não pode aguardar a reunião

de diretoria, sendo analisado em um momento posterior) no Diário Oficial da União (DOU) no fim de setembro.

O terminal será leiloado na forma de arrendamento simplificado. Nessa modalidade, regulamentada pelo Decreto 8.033/2013, os arrendamentos prescindem de audiência pública e podem também ser dispensados da análise de mérito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em razão do pequeno porte e do reduzido risco apresentado.

Entre as características do MAC 15, destaca-se que se trata de uma área brownfield de quase 42 mil m². O valor global do contrato é de R\$ 318 milhões com valor do arrendamento mensal fixo de R\$ 336 mil em um tempo de contrato de 5 anos.

Em seu voto, a relatora do processo, diretora Flávia Takafashi, explicou qual o valor a ser desembolsado pela futura arrendatária para que a operação aconteça de forma produtiva.

“Para que o terminal permaneça em boas condições operacionais durante o prazo contratual, estima-se que os valores a serem despendidos para a realização de novos investimentos alcancem a ordem de R\$ 7,2 milhões”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/11/2023

MADA ARAÚJO ASSET MANAGEMENT VENCE LEILÃO DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO DO PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/11/2023 - 20:29



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) oficializou nesta terça-feira (21) o resultado final do leilão de arrendamento transitório do Porto de Itajaí, com a vitória da empresa Mada Araújo Asset Management.

A proponente movimentará contêineres e carga geral em área do porto organizado no perímetro arrendado de 79.946,42 m², denominada Área A (berços 01 e 02).

A Mada Araújo ofertou 44.600 TEUs, o segundo maior lance do certame.

Em outubro as empresas Mada Araújo e MMS Empreendimentos foram desclassificadas na etapa de habilitação. Segundo informações da Agência, as duas proponentes não tinham como provar capacidade mínima operacional de movimentação de contêineres exigida no Edital, cabendo, na sequência, o chamamento da terceira colocada, a Teconnave Terminal de Containeres de Navegantes.

Em novembro, a Antaq havia recebido três recursos de impugnações ao certame. Após análise e avaliação dos recursos recebidos, a Antaq habilitou a empresa Mada Araújo.

“Quando a Antaq lançou em agosto o Novo Edital de Arrendamento Transitório, e, com a devida anuência publicada no Diário Oficial da União, sabíamos que diversas empresas participariam do leilão, e, isto se concretizou. Quase três meses depois, então temos um vencedor, neste caso a proponente Mada Araújo Asset Management Ltda, ao qual ofertou um lance de 44 mil TEUs, que, para nós, numa fase emergencial, estamos aguardando ansiosos pelo retorno das movimentações de contêineres no Porto de Itajaí. Sabemos ainda que está faltando para ser anunciado uma representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), pois as demais empresas que participaram do leilão podem buscar na esfera jurídica seus direitos quanto à não aceitação do resultado e outras interposições recursais. Agora, com este resultado final do leilão promovido pela Antaq, em que se decidiu pela requalificação ou reclassificação da segunda colocada, aguardamos os próximos passos como a assinatura do contrato”, disse o superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga.

O contrato prevê que a empresa vencedora passe a operar no porto por 24 meses, prazo que poderá ser prorrogado sob condições especificadas, a critério da Antaq.

De acordo com o edital publicado pela Antaq, a Arrendatária Transitória, deverá pagar à Superintendência o valor de outorga de R\$ 60,63 por TEU e R\$ 5,33 por tonelada de carga geral movimentada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/11/2023

EMPRESA ENTREGA PROJETO DE CONEXÃO AQUAVIÁRIA ENTRE AEROPORTOS À PREFEITURA DO RIO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22/11/2023 - 22:25



Divulgação C3 Engenharia

Escopo apresentado pela C3 Engenharia, na última semana, prevê conexão ligando Galeão e Santos Dumont, com embarcações 100% elétricas

A C3 Engenharia entregou, na última sexta-feira (17), o projeto de conexão aquaviária entre os aeroportos do Galeão, por meio da Ilha do Fundão, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro (RJ). O escopo do projeto, entregue à Prefeitura do Rio, prevê embarcações 100% elétricas, com zero emissão de carbono. A empresa destacou

que será uma solução pioneira no país. O cronograma do projeto prevê a ativação do serviço para o final de 2025.

A expectativa é que esse transporte de passageiros melhore a mobilidade urbana da cidade e atenda a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizada na Ilha do Fundão. O projeto conceitual entregue pela C3 Engenharia foi selecionado pela prefeitura em edital de manifestação de interesse privado (MIP). "Nosso compromisso é atender simultaneamente Galeão e Fundão, com o olhar voltado para a sobrevivência das novas gerações", disse Roberto Aroso Cardoso, representante do projeto, à Portos e Navios.

A C3 avalia que esse foi mais um passo para a viabilização do projeto aquaviário do Rio de Janeiro. No final de outubro, foi realizada uma visita técnica ao local onde está previsto o terminal aquaviário do Santos Dumont. A instalação ficará em frente ao shopping Bossa Nova, anexo ao aeroporto, o que permite o deslocamento a pé do aeroporto ao terminal. Na ocasião, também ocorreu uma reunião preliminar na Marina da Glória, na ZUL Carioca, para discutir detalhes do projeto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 23/11/2023